

Trabalho em revisão



1290000869



TCC/UNICAMP P268p

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UNICAMP

Monografia II

O processo de formação dos Grupos Financeiros no Brasil -

Um Estudo de Caso.

Orientador: José N. Carpintero.

~~Departamento de Ciências Econômicas~~ ✓

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

Orientanda: Márcia Maria Passos

R.A. 880971

TCC/UNICAMP
P268p
IE/869

1994 ✓

DEDOC/IE

Índice

Capítulo I

Uma Visão Abrangente da formação dos Grandes Grupos econômicos na economia brasileira.	1
Introdução.	2
1.1) Concentração e Centralização.	3
1.2) Conceituação de Grupos Econômicos.	4
1.3) Características Jurídicas dos Grupos Econômicos.	6
1.4) A Formação dos Grupos como uma estratégia das empresas.	8
1.4.1) Entrada através da Integração Vertical.	9
1.4.2) Desenvolvimento Interno.	11
1.4.3) Entrada através de Aquisição.	13
1.5) Grupos Econômicos no Brasil: uma primeira caracterização.	14
1.6) A acumulação do capital bancário e financeiro no Brasil.	23
1.7) As Associações do Capital Financeiro com outros Capitais.	27
1.7.1) Associações de capitais financeiros de mesma origem com outros capitais.	27
1.7.2) Associações de capitais financeiros de origem não financeira.	27

1.7.3) A posição dos capitais financeiros entre os maiores grupos no país.	28
--	----

Capítulo II

A Configuração e Formação dos Conglomerados Financeiros no Brasil	30
---	----

Introdução.	31
-------------	----

2.1) Uma nova fase na circulação mundial do capital.	31
--	----

2.2) A inserção econômica brasileira nos anos 80.	32
---	----

2.3) Caracterização dos grupos financeiros no Brasil.	36
---	----

2.3.1) O processo de concentração e centralização financeira.	36
---	----

2.3.2) A Dimensão do capital financeiro entre os grupos financeiros.	37
--	----

2.3.3) Atuação do capital financeiro de origem financeira.	38
--	----

2.4) Posições dos capitais financeiros no ranking dos 300 maiores grupos no país.	40
---	----

Capítulo III

Estudo de Caso - Grupo Financeiro Unibanco S.A.	42
---	----

Introdução	43
------------	----

3.1) A estrutura organizacional do grupo Moreira Salles.	44
--	----

3.2) As associações ao longo da década de 80.	46
---	----

Bibliografia.	65
---------------	----

Capítulo I

Uma Visão Abrangente da formação dos

Grandes Grupos Econômicos na economia brasileira

INTRODUÇÃO

O capítulo aqui proposto vem resgatar alguns conceitos teóricos que são necessários ao melhor entendimento da formação dos grandes conglomerados no país.

Abordaremos a conceituação de grupos econômicos definindo-os dando uma noção de estratégia de valorização do capital, associações dos mesmos e por fim restringiremos a análise aos capitais financeiros, nosso objeto de estudo neste trabalho.

Finalizamos o capítulo com a caracterização dos grupos financeiros no Brasil e propomos uma periodização para darmos uma visão histórica - econômica do processo de agrupamento verificado a partir de 1964/65.

No próximo item discutiremos os conceitos de concentração e centralização do capital tão necessários a compreensão do "agigantamento" das estruturas organizacionais das empresas.

1.1) Concentração e Centralização.

Ao discutirmos o tema grupos econômicos precisamos previamente definir o que se entende por concentração e centralização do capital. Estes termos serão inúmeras vezes repetidos para elucidar a questão da formação de grandes blocos empresariais na economia.

Este processo de concentração da produção esta diretamente associado ao processo de acumulação do capital, dependendo deste e do grau de crescimento da riqueza social.

Devemos entender como acumulação de capital a crescente apropriação da mais valia pelos capitalistas em detrimento dos trabalhadores, podendo reverter esta em novos meios de produção incorporando a aplicação da ciência e da tecnologia, desenvolvendo e revolucionando assim a produtividade.

A acumulação na economia por alguns capitalistas possibilita que os mais fortes ampliem seus espaços e concentrem em suas mãos um capital maior, como também alguns novos capitais conseguem se sobrepor a outros neste movimento. Este indivíduo que se beneficia da acumulação conseqüentemente concentra cada vez mais os meios de produção e expulsa outros capitais que estejam no mercado.

Já o processo de centralização do capital nos remete a definição de um movimento de "atração pela concentração de capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capital pelo próprio capital, a transformação de muitos pequenos capitais em poucos grandes capitais". Esta é a centralização propriamente dita.

O que vai diferenciar o movimento de concentração do de centralização vai ser a necessidade do incremento positivo do capital social no primeiro.

O movimento de centralização não depende de maneira nenhuma do incremento da riqueza social, esta pode mudar simplesmente a distribuição de capitais já existentes. Por fim, a centralização completa a tarefa de acumulação, capacitando o capitalista industrial a ampliar a escala de suas operações.

"Este processo combinado de acumulação, concentração e centralização do capital conduz ao agigantamento de empresas, a formação de grupos econômicos, pelas diferentes formas de fusões e associações".¹

¹ Calabi A.S. e outros Grupos Econômicos na Economia Brasileira

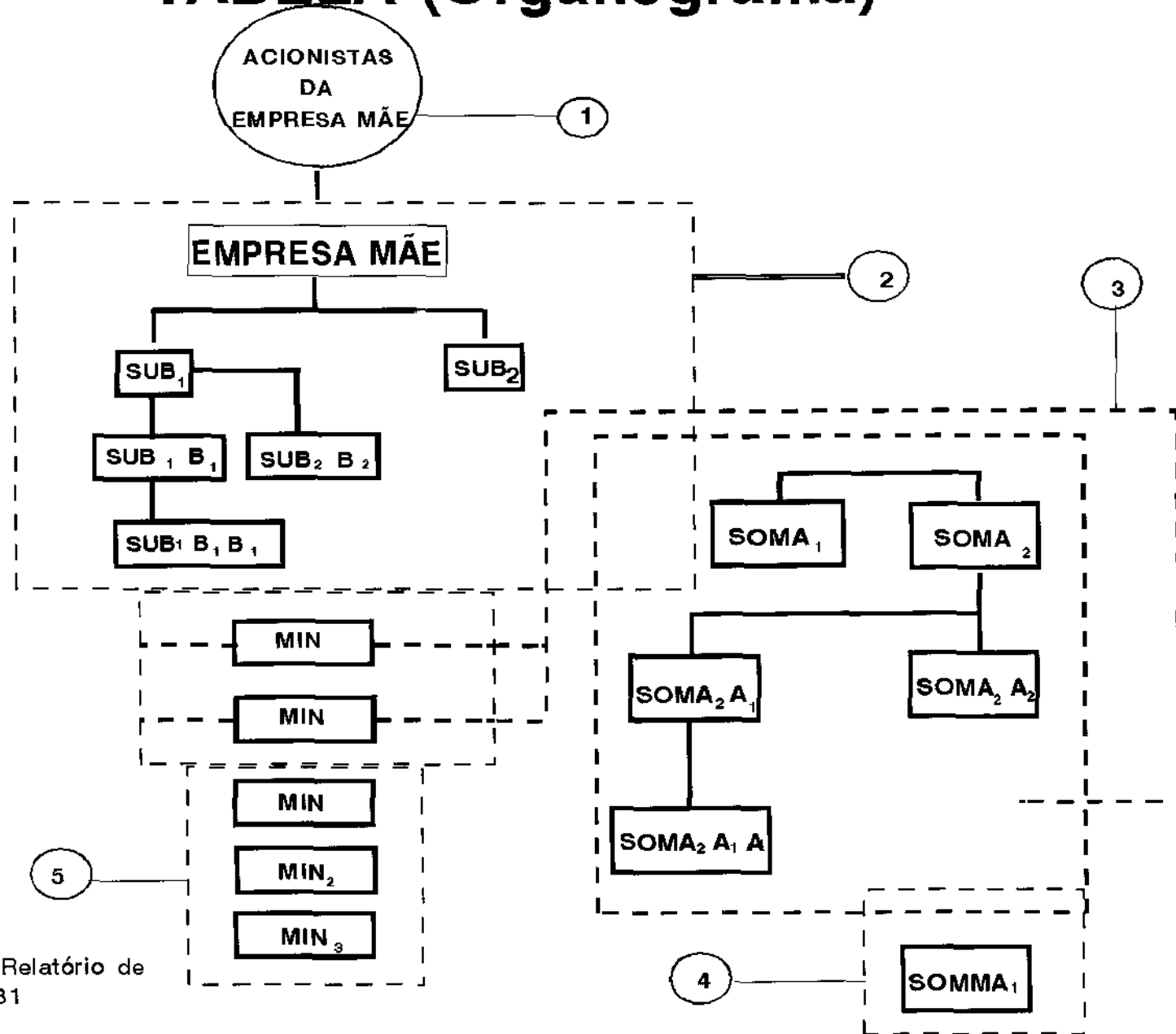
1.2) Conceituação de Grupos Econômicos.

O capital social na economia só se caracteriza como tal se sua autovalorização for inerente a ele, correspondendo ao processo de acumulação no capitalismo. Essa autovalorização tem como contrapartida um processo concorrencial.

Através da conceituação de capital social podemos definir a expressão grupo econômico, a partir do texto de A.S.Calabi, como sendo a "existência de parcelas do capital global da sociedade que tentam lograr sua autovalorização através da constituição de firmas jurídicas distintas embora interligadas por laços de subordinação e controle".

Fundamenta-se numa relação hierarquizada que segue da matriz as filiais, de sub-filiais e as sociedades com partição múltipla. A estrutura abaixo apresenta um modelo de composição societária de um Grupo.

TABELA (Organograma)



Fonte: Calabi A.S. Relatório de Pesquisa - FIPE, 1981

Notas a figura

1. Conjunto dos acionistas da "empresa - mãe".

2. "Empresa-mãe" e sua respectiva "linhagem direta" de subsidiárias (sub).

3. Subsidiárias SOMA e suas respectivas "linhagens diretas", representando empresas que não são subsidiárias (controladas majoritariamente) de nenhuma empresa dos blocos 1 e 2 isoladamente, mas são subsidiárias quando as participações das empresas dos Blocos 1 e 2 são tomadas conjuntamente.

4. Subsidiárias SOMMA e suas respectivas "linhagens diretas" quando as participações das empresas dos blocos 1, 2 e 3 são tomadas conjuntamente. E assim sucessivamente, SOMMA, SOMMMMA, etc...

5. Empresas(MIN) - participações minoritárias do grupo em que as empresas dos blocos 1, 2, 3 e 4 tomados conjuntamente participam com menos de 30% do capital total.

Uma vez apresentada a conceituação do que seja grupo econômico no que tange a organização estrutural explicitada pelo organograma procurar-se-á a seguir discutir quais as características jurídicas dessa forma de associação.

1.3) Características Jurídicas dos Grupos Econômicos.

Os grupos não se constituem como firmas porque a singularidade jurídica não é respeitada, ou seja, num grupo há várias expressões jurídicas mas ao mesmo tempo elas não possuem total independência, característica das pessoas jurídicas, para com a central ou grupo.

Para entendermos o processo de formação do multifacetamento jurídico devemos apontar que ele é decorrência do processo competitivo. A concorrência, intercapitalista que tem como objetivo principal a autovalorização do seu capital, encontrou na forma de estruturação dos grupos uma maneira de assim fazê-lo, percebendo-se através dos portfólios destes uma estratégia de atuação competitiva.

O reconhecimento das partes concorrencias de um processo competitivo não se restringe a tomar conhecimento do produto ou da sua configuração jurídica. Ela só se tornará visível se for uma concorrência entre frações autônomas do capital, ou seja, distintas no que diz respeito as fontes de comando e decisão. Portanto as relações de propriedade não podem ser rebatidas imediatamente para a esfera da concorrência.

As parcelas distintas do capital precisam adotar estratégias mais racionais, dentre aquelas que irão corresponder a comandos distintos, para manter sua parcela relativa mais valorizada dentro de sua participação no Grupo. Essas várias pessoas jurídicas não obedecem a uma estratégia de valorização única mas sim diferenciadas, apesar de estar sob um único comando.

A racionalidade do processo concorrencial possui dois níveis de análise de acordo com A.S.Calabi. Esses níveis correspondem ao da fração autônoma do capital e ao do movimento geral do mesmo.

A parte concorrente elabora uma estratégia de forma que decida uma posição quanto ao produto, escala de produção, preço a praticar, forma de financiamento, associação com empresas entre outras variáveis internas.

Já ao nível do movimento geral do capital e estratégia que terá que ser decidida obedecerá ao padrão de competitividade vigente na economia como as condições do setor financeiro, as tendências de mercado e outros fatores macroeconômicos.

Nesse processo concorrencial, o poder de mercado de um capital autônomo deveria levar em conta o poder de grupo econômico e não somente da sua unidade de capital pertencente ao mercado. Com isso a concentração de mercado ou a concentração econômica referem-se a características do Grupo como um todo.

"O financiamento da acumulação de uma unidade capitalista por sua vez é talvez o aspecto mais marcante que evidencia a necessidade de se considerar o grupo econômico em seu conjunto. Considere, por exemplo, o problema da capitalização ou descapitalização de uma empresa, representadas pela subscrição de novas ações e pelo pagamento de dividendos. A subscrição e o pagamento de dividendos representam respectivas "entradas" ou "saídas" de capitais, mas se esta empresa é parte de um grupo econômico essas decisões são tomadas ao nível do grupo como um todo, representando transferência interna de fundos entre as empresas e nas "entradas" ou "saídas" do seu circuito de reprodução".²

²Calabi A.S. e outros. op cit.

Dentro desta estrutura multifacetada um grande número de grupos possuem uma empresa controladora a que chamamos de holding que é o instrumento de representação institucional do mesmo, porém nem todas as estruturas multifacetadas possuem necessariamente esta figura. Ela atua junto a instituições financeiras, órgãos governamentais, entidades ou associações de classe, com vista a cobertura ou dinamização de negócios do grupo. Tem o papel também de administradora dos interesses de seus acionistas, fórmula políticas de atuação geral e coordena os investimentos do grupo entre outras tarefas.

A formação dos grupos na sociedade enquanto entidade econômica, não existia juridicamente antes da nova lei das S.As. Foi essa que instituiu o conceito de holding e, por consequência, os grupos de empresas. Somente em 1.966 isto se deu no país, de lá para cá o desenvolvimento dessa estratégia do capital cresceu como iremos procurar demonstrar mais adiante.

É importante abordar no contexto apresentado até agora as características dos grupos nacionais e estrangeiros pois precisamos entender a particularidade nesses em nossa economia, o que será discutido na sequência.

1.4) A formação dos Grupos como uma estratégia das empresas.

O aparecimento das formas jurídicas-econômicas representadas pelos grupos irão obedecer a necessidade das empresas adquirirem vantagens competitivas no mercado. Isto vem demonstrar que o agrupamento nada mais é de uma forma de valorização do capital frente aos capitais concorrentes.

Dentro da opção de valorizar o capital através da formação de grupos, o autor M. E. Porter vai demonstrar algumas maneiras e estratégias seguidas pelas empresas para esse processo se concretizar e efetivamente se embasar em passos lógicos para essa tomada de decisão.

1.4.1) Entrada através da Integração Vertical.

Uma das maneiras de se adquirir outras unidades de negócios é através da chamada Integração Vertical que é a "combinação do processo de produção, distribuição, vendas e outros processos econômicos tecnologicamente distintos dentro das fronteiras de em mesma empresa". Estas acham vantajosas executar internamente uma parte relevante desses processos em vez de contratar uma série de entidades independentes.

A estratégia da empresa quando toma essa decisão é contrapor a estimativa das economias de custos proporcionadas pela integração com os investimentos requeridos para tal procedimento. Abaixo apontamos alguns benefícios dessa estratégia, segundo M. E. Porter.

. A integração quando incrementar o volume de produção suficiente para obter economias de escala, o benefício mais observado será o da contenção de custos na áreas de controle, compras, vendas, produção e outras.

. As economias de operação combinada são aquelas adquiridas ao se reunir operação tecnologicamente distintas podendo resultar em maior eficiência.

. Os custos de programação, coordenação de operações e de respostas as emergências podem ser menores se for integrada.

. Economias obtidas ao se evitar o mercado como os custos das transações efetuadas como, por exemplo, custos das vendas, compras, negociações e de transações.

. A eliminação dos relacionamentos fornecedores com clientes, a partir do momento em que se desenvolvem suas necessidades internamente, não mais se coloca como obstáculo para seu negócio.

. O aprofundamento tecnológico é relevante pois possibilita a empresa adquirir "know-how" em todo o processo de fabricação do seu produto.

. Assegura oferta e demanda no sentido do recebimento dos suprimentos disponíveis em períodos difíceis de escassez ou que terá um meio de escoamento para os seus produtos em períodos de baixa demanda geral.

. Eliminação das distorções nos custos dos insumos pois se elimina a figura do fornecedor.

. Barreiras de mobilidade e de entrada elevadas se os objetivos acima forem conquistados.

É fato que frente a esses estímulos para a empresa integrar-se existem outros problemas que também são ocasionados por este mesmo processo, como, flexibilidade reduzida para mudança de negócios, maiores barreiras de saída, exigências de investimentos de capitais entre outros; porém, se a empresa decidir pela integração cabe a ela usufruir da melhor maneira dos benefícios dessa estratégia.

Cabe colocar que na integração podemos optar por integrarmos para frente, ou seja, atuar nos procedimentos posteriores a fabricação do produto da empresa ou integremos para trás que é o processo inverso, se adquire áreas de apoio a fabricação do produto. As duas formas podem ser constituídas pela mesma empresa.

A unidade de negócios ainda pode decidir pelo aprofundamento ou não dessa integração, com isso ela visa diminuir alguns custos gerado com esta estratégia. A integração pode ser parcial, ou seja, o grau de parcialização pode ser ajustado de forma a refletir o nível de risco enfrentado no mercado. O grau ótimo de parcialização vai variar com a dimensão das flutuações do mercado e com o desequilíbrio entre os estágios de produção.

Outra opção é a quase integração que é o estabelecimento de uma relação entre negócios verticalmente relacionados, "situando-se em algum ponto entre os contatos a longo prazo e a propriedade integral". São as seguintes formas mais comuns de quase integração:

- Investimento em ações
- Empréstimos ou garantias de empréstimos
- Créditos de pré-aquisição
- Acordo de exclusividade nas negociações
- Instalações logísticas especializadas
- P & D cooperativos

A quase integração alcança alguns ou muitos dos benefícios da integração vertical sem incorrer em todos os custos. Elimina a necessidade de comprometimento com a oferta ou a demanda total do negócio adjacente.

1.4.2) Desenvolvimento Interno.

Tendo tratado da forma de integração como uma estratégia das empresas em valorizar seu capital, outras formas de atingir os mesmos objetivos podem ser traçados dentro das opções de gestão.

A entrada em novos negócios é parte deste leque de opções das grandes empresas, o que poderíamos ainda especificar como entrada em novos negócios através do desenvolvimento interno.

Quando falamos em entrada em novos negócios através do desenvolvimento interno esta envolve a "criação de uma nova entidade empresarial em uma indústria, incluindo nova capacidade de produção, relacionamento com distribuidores, força de vendas, e assim por diante, sociedade em cotas de participação criam essencialmente os mesmos problemas econômicos porque são também entidades recentemente iniciadas".

Esse processo de entrada sofre duas barreiras essenciais apresentadas pelos seus mercados: evidencia-se as barreiras de entrada estruturais e também a reação esperada das empresas participantes do mercado.

Entende-se por barreiras estruturais aquelas referentes a identificação de marca, tecnologia patenteada, investimentos em instalações fabris, estoques, em fim todo o que corresponde a parte operacional do negócio.

Já as retaliações das empresas participantes pode ocorrer de várias maneiras e intensidades tendo que se analisar e se proteger ou prevenir deste tipo de barreira a entrada.

Em mercados de crescimento lento a entrada interna sempre arrebatará alguma parcela de mercado das empresas existentes, sendo previsível uma vigorosa retaliação em contra partida.

Nos mercados de mercadoria de uso generalizado não vão existir lealdade a marca ou mercados segmentados para isolar os participantes do efeito de um novo entrante, desta situação a entrada afeta toda a indústria, e o corte nos preços tem grande possibilidade de ocorrer.

Quando falamos em mercado de custos fixos altos, o acréscimo de capacidade causado pelo novo entrante costuma desencadear a ação retaliatória dos concorrentes, caso a sua utilização da capacidade decline sensivelmente.

Outra situação que mostra as várias maneiras e intensidades de realização é um mercado de alta concentração da indústria. Numa indústria fragmentada, o entrante pode afetar muitas empresas mas o impacto será apenas marginal, nenhum deles será atingido o suficiente para provocar retaliação vigorosa.

Esses casos são alguns casos onde o gestor deve se precaver de algumas situações onde as retaliações podem ser intensas ou fracas devido a sua estrutura de mercado.

Mesmo dentro de várias opções de estruturas de mercado o autor M.E.Porter vai identificar algumas indústria alvo para se efetuar uma entrada interna com menores chances de retaliações e barreiras.

"Sendo a rentabilidade esperada das empresas dependente da potência das cinco forças competitivas: rivalidade, substituição, poder de negociação dos fornecedores e compradores e entrada, esta última vai atuar como uma balança na determinação dos lucros da indústria".

Raramente vale a pena entrar em uma indústria em equilíbrio a menos que a empresa disponha de vantagens especiais, assim o gestor deve procurar mercados onde haja desequilíbrios evitando aqueles que estejam operando perfeitamente". Porter coloca alguns mercados cujas características nos levam a identificação dos desequilíbrios:

- Indústrias em desequilíbrio.
- A retaliação a ser esperada por parte dos participantes da indústria é lenta e sem efeitos.
- A empresa desfruta de custos de entrada mais baixos que as demais empresas.
- Esta dispõe de uma habilidade própria especial que lhe permite influenciar a estrutura da indústria.
- Efeitos positivos se farão sentir em outros negócios em que a empresa já opera.

A entrada interna será lucrativa se ela tiver em impacto benéfico sobre os negócios já existentes do entrante e por isso alguns fatores são relevantes como:

- Reduzir os custos do produto.
- Fazer aquisição com baixo preço.
- Oferecer um produto superior.
- Descobrir um novo nicho.
- Introduzir uma inovação no Marketing.
- Utilizar uma distribuição já estabelecida.

1.4.3) Entrada através de Aquisição.

"A entrada através da aquisição se diferencia do desenvolvimento interno porque a primeira não acrescenta uma nova empresa a indústria no sentido direto".³ O preço de uma aquisição é estabelecida no mercado de companhias.

Nesse mercado se uma companhia dispuser de uma sólida administração e de atraentes perspectivas para o futuro, o seu preço de cotação será elevado. Se, outro lado, o seu futuro for duvidoso, ou se ela necessitar de infusões maciças de capital, o seu preço de venda será baixo em relação ao seu valor contábil.

As aquisições serão tão mais lucrativas se: (1) o preço mínimo* criado pela alternativa do vendedor de manter o negócio for baixo; (2) o mercado de companhias for imperfeito e não eliminar os retornos acima da média através do processo de licitação** ; (3) o comprador tiver uma habilidade única para operar o negócio adquirido.

O preço-piso para um aquisição é estabelecido pela alternativa do vendedor de manter o negócio. Este é estipulado pelas observações do vendedor que será tanto mais fácil se desfazer da companhia mediante os seguintes fatores:

- Vendedor tem problemas patrimoniais.
- O vendedor perdeu a administração-chave ou não encontra sucessores para a administração atual.

³Porter M. E. Técnicos para análise de Indústrias e da Concorrência - S. P. Editora C&us - 1980.

Imperfeições do mercado que conduzem a aquisições bem sucedidas ocorrerão nas seguintes situações:

- O comprador dispõe de informações superiores.
- O número de licitantes é pequeno.
- As condições da economia são ruins.
- A companhia que está sendo vendida está "doente".
- O vendedor tem outros interesses além de maximizar preço que receberá pelo negócio.

Essas aquisições vislumbram uma maneira de melhorar o alvo da aquisição, auxiliar o negócio já existente do licitante ou ainda, este tem metas ou motivos além da maximização do lucro (crescimento), ganho financeiro único, etc... .

* preço de venda que corresponde ao valor presente esperado continua operando o negócio.

** licitação intermediários do processo de compra e venda de companhias geram múltiplos licitantes para as empresas que estão à venda.

1.5) Grupos Econômicos no Brasil: Uma primeira caracterização.

A existência de unidades de capital multifacetadas em sua constituição jurídica societária na economia brasileira é um dado precioso identificado e claro na dinâmica econômica nacional. O processo concorrencial intercapitalista que se diferencia em padrões que correspondem a mecanismos de acumulação de capital historicamente específicas, vai conseqüentemente caracterizar os grupos econômicos no Brasil diferentes em muitos aspectos daqueles de outros países com outras experiências de desenvolvimento capitalista.

Alguns aspectos peculiares do desenvolvimento econômico do Brasil foi ressaltado por A.S.Calabi onde encontramos a não superação das formas familiares de comando das maiores empresas nacionais privadas, pelo menos no que diz

respeito até os anos 80, ausência de um mercado de capitais desenvolvido e interligado aos grandes centros financeiros mundiais e ausência de momentos intensos de centralização de capital capaz de alavancar processos de agrupamento na economia.

A caracterização dos grupos econômicos nacionais na década de 80, de acordo com pesquisa realizada pelo autor, demonstra na tabela a seguir, que entre os 1.000 maiores grupos nacionais privados identificados na economia, aqueles de capital nacional ultrapassaram consideravelmente o número de grupos estrangeiros sendo 612 grupos nacionais e 289 estrangeiros. No entanto cabe ressaltar que sua distribuição é diferenciada. Se observamos a amostragem dos 1000 maiores perceberemos que o número de grupos brasileiro se igualavam ao número de grupos estrangeiro para ultrapassa-los cada vez mais acentuadamente a medida que vamos aumentando a amostragem, conforme a tabela 1.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO NUMÉRICA E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS DOS 1.000 MAIORES GRUPOS PRIVADOS EM 1975

	Distribuição Numérica dos Grupos(unidades)			Capitais Próprios Médios(em Cr\$1.000)			Distribuição dos Capitais Próprios por Origem do Capital(%)			Distribuição dos Capitais Próprios por Tamanho Relativo(%)		
	NAC. ¹	ESTR. ²	N.IDENT. ³	NAC. ⁴	ESTR. ⁵	N.IDENT. ⁶	NAC. ⁷	ESTR. ⁸	TOTAL ⁹	NAC. ¹⁰	ESTR. ¹¹	N.IDENT. ¹²
Os 1000 maiores Grupos - Total	612	289	99	137134	262869	89424	497	450	100	100	100	100
1 - 500	278	181	41	232601	384232	136976	462	497	100	770	915	829 ²¹
501-1000	334	108	58	57674	56472	55810	666	222	100	230	85	171
Os 500 maiores Grupos-Sub-Total	278	181	41	232601	384232	136976	462	497	100	100	100	100
1-100	49	49	2	893224	1013061	330000	403	589	100	525	714	603
101-200	53	40	7	211057	227100	244143	509	413	100	173	131	157
201-300	55	37	8	142473	147270	150750	541	376	100	121	78	104
301-400	61	29	10	106016	107310	82000	622	299	100	100	45	74
401-500	60	28	14	86783	87038	55810	599	260	100	81	33	62

Fonte: CIEF/SRF/MF-CADAC-1975 e CADEC-1976-Tabulações
FIPE-citado em agosto/1981

Esta verificação nos remete a evidência de que as unidades capitalistas estrangeiras são maiores que as nacionais privadas e que elas se inserem no extrato superior da estrutura econômica do país. A participação de 91,5% dos capitais próprios estrangeiros estão representados pelos 181 grupos estrangeiros incluídos entre os 500 maiores, os 49 grupos estrangeiros incluídos entre os 1000 maiores representam 65,3% e 71,4% dos capitais próprios totais dos 1000 e dos 500 maiores grupos respectivamente, participações que para os grupos acionais se reduzem a 40,4% e 52,5%. Estes números traduzem a concentração dos grupos nas mãos dos estrangeiros.

Com base nos dados da tabela 2 do autor já citado, evidencia-se que os 1000 maiores grupos representam conjuntamente 1.808 empresas indicando que em média cada grupo nacional é constituído de 1,91 empresas quanto que cada grupo estrangeiro é constituído de 1,77 empresas. Registra-se que os grupos nacionais eram constituídos de um número maior de empresas do que os estrangeiros.

TABELA 2

EMPRESAS CONSTITUINTES(DO CADAC) E INTEGRANTES(DO CADEC) ENTRE OS 1.000 MAIORES GRUPOS DE 1975

	EMPRESAS CONSTITUINTES DOS GRUPOS						EMPRESAS INTEGRANTES DOS GRUPOS					
	No. Total de Empresas			No. Médio de Empresas por Grupo			No. Total de Empresas			No. Médio de Empresas por Grupo		
	TOTAL	NAC.	ESTR.	TOTAL	NAC.	ESTR.	TOTAL	NAC.	ESTR.	TOTAL	NAC.	ESTR.
Os 1000 maiores Grupos - Total	1808	1168	512	1,81	1,91	1,77	1464	948	406	1,46	1,55	1,40
1 - 500	1083	651	382	2,17	2,34	2,11	873	534	295	1,75	1,92	1,63
501-1000	725	517	130	1,45	1,55	1,20	591	414	111	1,18	1,24	1,03
Os 500 Maiores Grupos-Sub-Grupos	1083	651	382	2,17	2,34	2,11	873	534	295	1,75	1,92	1,40
1-100	387	229	156	3,87	4,67	3,18	297	180	115	2,97	3,67	2,35
101-200	200	117	73	2,00	2,21	1,82	164	85	60	1,64	1,79	1,50
201-300	177	107	59	1,77	1,95	1,59	140	83	48	1,40	1,51	1,30
301-400	155	94	49	1,55	1,54	1,69	133	87	36	1,33	1,43	1,24
401-500	164	104	45	1,64	1,730000	1,73000	139	89	36	1,39	1,48	1,38

Fonte: CIEF/SRF/MF-CADAC-1975 e CADEC-1976-Tabulações FIFE-citado em agosto/1981

A tabela 3 afunila ainda mais esta evidência demonstrando que os 14 maiores grupos estrangeiros eram constituídos por 5,5 empresas cada um, enquanto os 6 maiores nacionais, incluídos no primeiro segmento, o número médio de empresas de cada grupo era de 12,8 unidades.

TABELA 3

OS 100 MAIORES GRUPOS PRIVADOS DE 1975: MEDIDAS DE SUA COMPOSIÇÃO

	Distribuição dos Grupos por Origem do Capital			Capitais Próprios Médios em Cr\$1.000			Número Médio de Emp. Const. por Grupo			Número Médio de Emp. Integrantes por Grupo		
	NAC.	ESTR.	N.IDENT.	NAC.	ESTR.	N.IDENT.	TOTAL	NAC.	ESTR.	TOTAL	NAC.	ESTR.
Os 100 Maiores Grupos-Total	49	49	2	693224	1013061	330000	3,87	4,67	3,18	2,97	3,67	2,35
1 - 20	6	14		1832232	2211595		7,70	12,80	5,50	5,65	10,00	3,79
21 - 40	12	8		861933	856185		3,40	4,40	1,87	2,75	3,42	1,75
41 - 60	10	10		526043	560292		3,20	4,20	2,20	2,75	3,60	1,90
61 - 80	9	10	1	390766	399556	346662	2,65	3,00	2,50	2,00	2,33	1,80
81 - 100	12	7	1	321141	318493	313570	2,40	2,50	2,43	1,70	1,83	1,57

Fonte: CIEF/SRF/MF-CADAC-1975 e CADEC-1976-Tabulações
FIPE-citado em agosto/1981

Na constituição da estrutura desses grupos o que chama a atenção é que para os agrupamentos nacionais a maior empresa representa em média 72,4% dos capitais próprios do respectivo grupo, ao passo que para os grupos estrangeiros a maior empresa representa 89,1%. Em parte isto é devido ao fato de que os grupos estrangeiros são integrados nesse estrato por um menor número médio de empresas do que os grupos nacionais - 2,35 contra 3,67 empresas por grupo - mas além disso, note também, que a distribuição dos capitais do grupo por suas empresas integrantes é distinta, pois para os grupos estrangeiros as outras empresas que não a maior do grupo, representam em média 8,1% dos capitais total do grupo enquanto as nacionais representam 10,3%. Esses números estão registrados na tabela 4.

TABELA 4

PARTICIPAÇÃO DAS MAIORES EMPRESAS DE CADA GRUPO EM RELAÇÃO
AOS RESPECTIVOS MONTANTES DO GRUPO COMO UM TODO (EM %)

	GRUPOS NACIONAIS					GRUPOS ESTRANGEIROS				
	Capitais Próprios	Ativos Totais	Lucro Operac.	Emprést. Bancários	Aplicações Financeiras	Capitais Próprios	Ativos Totais	Lucro Operac.	Empréstimos Bancários	Aplicações Financeiras
Os 100 Maiores Grupos-Total	7,24	6,60	6,60	6,37	6,17	8,91	8,67	8,27	8,56	8,67
1 - 20	5,77	5,29	4,23	4,06	6,55	8,75	8,46	8,11	8,44	8,43
21 - 40	7,27	6,43	5,33	6,84	5,63	9,26	9,27	9,03	9,21	9,34
41 - 60	8,20	6,89	8,64	4,66	4,40	9,51	9,29	8,56	8,89	9,42
61 - 80	8,26	8,39	8,41	8,60	5,29	9,04	8,65	15,66	8,59	9,43
81 - 100	9,29	8,42	9,42	7,85	9,03	8,36	8,43	8,30	8,47	8,34

Fonte: CIEF/SRF/MF-CADAC-1975 e CADEC-1976-Tabulações
FIPE-citado em agosto/1981

Essas são algumas evidências levantadas pela pesquisa onde se começa a traçar um perfil dos grupos nacionais privados lembrando que estes se constituíram numa atmosfera econômica diferente dos grupos estrangeiros que entraram no país com o respaldo de suas respectivas matrizes e da política macroeconômica do governo brasileiro.

Concluindo, o comportamento dos grupos nacionais ou estrangeiros nada mais é que consequência de tomadas de decisões estratégicas para valorização do capital, isto pode se dar em várias direções discutidas a seguir.

1.6) A acumulação do capital bancário e financeiro no Brasil.

A discussão deste capítulo vai nos remeter a idéias do crescimento do capital bancário e financeiro no processo de acumulação do capital no país.

O Processo de acumulação financeira e, portanto, de formação e consolidação dos conglomerados financeiros atravessa a fase de desenvolvimento durante o ciclo de acumulação do capital produtivo, a fase de desaceleração e de crise desse capital.

O autor E. Spíndola estabeleceu em sua tese uma periodização para abranger esta fases compreendendo desde meados da década de 70 até hoje.

1) Fase de acumulação produtiva com acumulação financeira.

Esta se caracteriza pelo desenvolvimento inicial do sistema financeiro e, em particular o sistema de crédito, em função do processo de acumulação do capital produtivo. O crédito se constitui no potencializador fundamental do capital produtivo, tanto na forma de expansão do capital de giro das empresas, quanto na agilização da circulação das mercadorias e na sua realização via crédito ao consumidor. Esta fase coincide com o desenvolvimento do sistema financeiro para o milagre econômico no país.

Dos anos 65 a 75, o estado centraliza o excedente financeiro para se constituir no grande repassador para viabilizar a acumulação produtiva e financeira.

Do ponto de vista da acumulação produtiva, a estruturação do sistema financeiro procura garanti-la através de duas funções básicas:

a) fornecimento de créditos para capital circulante ou de giro;

b) o fornecimento de crédito aos consumidores de bens duráveis de consumo possibilitando, assim, maior velocidade à circulação e de realização de mercadorias.

O que é relevante neste momento é o processo de endividamento que nasce e se desenvolve com a expansão do crédito. No período de 1965 a 1974, o capital dinheiro, principalmente na forma de capital bancário, tem taxa de lucro superior ao do capital instalado no setor produtivo e até mesmo em relação às maiores empresas desses setores.

2) Fase de desaceleração da acumulação primitiva com elevação e diversificação das formas de acumulação financeira.

A partir de 1974 determinantes estruturais e conjunturais interferem no processo de acumulação do capital na esfera produtiva e de acumulação, provocando um tendência à queda da taxa de lucro.

Por outro lado, recrudescer o processo inflacionário e processo de especulação financeira, que já se mostra crescente, em parte da financeira crescente do Estado para dar conta do financiamento do processo de acumulação privada via as mais variadas formas de subsidiamento.

Sintetizando no período três aspectos são fundamentais: o crescimento elevado do estoque de capital bem acima do crescimento do produto da indústria de transformação; o crescimento do endividamento, com elevação do custo financeiro e redução da taxa de lucro; o crescimento do salário real acima da taxa de produtividade no setores centrais do processo de acumulação de capital.

3) Fase de crise violenta do capital produtivo e de elevada acumulação financeira.

No período de 1981 a 1984 aprofunda-se a crise do capital produtivo. Determinantes internacionais e internos respondem por ela. No plano internacional conjuminaram recessão violenta nos Estados Unidos e nos países europeus, a queda da demanda e dos preços, o preço do petróleo mantém-se elevado desde o segundo choque em 1979 e as taxas de juros atingem o ponto máximo.

É importante ressaltar que neste período o processo de acumulação financeira centraliza-se cada vez mais sobre o Estado, pelo fato de que a dívida privada é gradativamente estatizada por um conjunto de resoluções do Banco Central e as dívidas das estatais e da administração central crescem rapidamente pela rolagem a taxas de juros elevadas. O domínio do capital financeiro, internacional, internalizado e interno, chega ao seu apogeu. Os bancos elevam suas taxas de lucros, as grandes empresas e grupos dos setores produtivos acumulam financeiramente pela aplicação de lucros (que ainda conseguem nos setores produtivos) nas letras, principalmente as do Estado remuneradas com juros e correção cambial.

Intensifica-se a competição bancária realizada em várias direções: a) a proliferação de agências por todos os cantos do país na busca de depósito à vista; b) no lançamento de CDB's na procura de uma massa maior de recursos para obter uma massa de lucro maior; c) na diversificação de atividades no setor financeiro; d) no Investimento em outros setores rentáveis e estratégicos - a informática, o setor agropecuário e a compra de terras; e) na aplicação ainda maior de dinheiro nos títulos públicos de curtíssimo prazo.

4) Fase de recuperação da acumulação do capital produtivo, crise financeira mais aguda do Estado e continuação da acumulação financeira.

O período de meados de 84 até hoje é marcado por um movimento de recuperação do capital produtivo fechando no ano de 1992 com crescimento de 6% da atividade econômica brasileira.

A acumulação financeira, por sua vez, continuou crescendo em cima da rolagem da dívida interna, sendo a forma predominante de acumulação do setor.

De maneira geral, a análise efetuada por alguns autores em torno do movimento dos grupos financeiros mostrou que o domínio dos capitais financeiros sobre os setores não financeiros tende a se ampliar mais rapidamente do que sobre os setores financeiros. Os setores em que os capitais financeiros mais possuíam empresas eram, em ordem decrescente os seguintes: serviços (576), agropecuário(217), mineração (68), comércio exterior (61), informática (59), têxtil (59), alimentação (57), comunicação (52) e construção civil (50); (estes dados se referem a 1988).

Se na década de 70 vimos investimentos em massa no setor de serviços e agropecuário por parte do capital financeiro, a partir de 1980 este movimento se desloca para outros setores principalmente o de informática. Mas esta expansão ocorreu através da implantação de novas empresas, de incorporação ou associações pelos capitais financeiros privados nacionais, sobre os setores de mineração e química devendo estar ligado à criação dos pólos químicos na Bahia, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, ao projeto Carajás e, em parte as formas de associação com empresas estatais.

O comércio exterior e a produção de alimentos industrializados são setores que se apresentaram altamente lucrativos assim como os de química, mineração, e as empresas de comércio exterior que fazem parte da estratégia de exportação desde os anos 70, adquirindo maior importância na década de 80.

Contudo se analisados do ponto de vista dos principais grupos pode-se observar que somente 11 grupos (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Real, Bozano-Simonsen, Bamerindus, Atlântica Boa Vista, Veplan, Unibanco, Nacional e Econômico) possuíam a metade das empresas financeiras do conjunto dos capitais financeiros de origem financeiro. Do total de 74 empresas novas criadas na década de 80, cinco grupos (Bradesco, Itaú, Real, Bozano-Simonsen e Bamerindus) foram responsáveis pela instalação de 66, o que corresponde à quase totalidade das empresas financeiras criadas pelos capitais financeiros de origem financeira.

Pode-se também observar que vários capitais financeiros que se formaram na área financeira, têm hoje um número maior de empresas no setor não financeiro tais como o Bradesco, Itaú, Econômico, Espírito Santo, BCN, Bamerindus, Bozano-Simonsen entre os principais.

Considerando esta discussão pode-se concluir que apesar dos grupos de origem não-financeira formarem um bloco maior totalizando um número também mais alto de empresas financeiras, os grupos de origem financeiras é que vão concentrar a participação de empresas financeiras no país e também a participação de empresas da área não-financeira. O que o primeiro tem em quantidade o segundo tem em especialização e definição dos seus investimentos sendo menos diluídos do que o grupo de origem não-financeira. Portanto de acordo ainda com Spindola a direção da formação do capital financeiro era do Banco para a Indústria embora alguns autores afirmassem o caminho da fusão principalmente entre os monopólios nesses dois setores bancário e industrial.

1.7) As associações do capital financeiro com outros capitais.

1.7.1) Associações de capitais financeiros de mesma origem com outros capitais.

Como já foi citado anteriormente, as associações dos capitais financeiros nacionais de origem financeira tem vínculos muito estreitos com outros grupos nacionais e estrangeiros. Os 26 grupos financeiros apresentaram, em 1988, relações acionárias com 212 grupos. Estes estavam divididos em 127 nacionais privados e 85 internacionais.

Alguns capitais financeiros tem relações muito fortes e podem ser considerados "verdadeiros grupos de capitais financeiros de capitais financeiros e transnacionais dentro do país, além de terem um número grande de filiais no exterior". Outra observação importante dos estudos efetuados é que entre os 212 grupos o capital financeiro é responsável por 159 associações, ou melhor, 95% do total. Alguns exemplos são o Bradesco com 89 ligações acionárias, o Econômico com 21 associações, América do Sul com 17 ligações entre outros. Essas associações não se originaram somente do fato do capital financeiro se integrar com outros bancos comerciais, ou somente com outras empresas financeiras, mas também com empresas dos setores industriais, agropecuário e de serviços.

Tanto podemos observar associações com o capital privado nacional como o transnacional, sendo o último mais freqüente nas financeiras, leasing e corretoras.

1.7.2) Associações de capitais financeiros de origem não financeira.

A característica da atuação dos grupos de origem não financeira mostra um comportamento diferente daqueles de capital financeiro. Os primeiros tendem a se associar diretamente aos segundos sendo fraca o número de associações com grupos nacionais e internacionais dentro do próprio setor financeiro. Exemplificando esta situação podemos demonstrar que entre os 43 grupos de capital financeiro de origem não-financeiro apenas 15 tem associações com o

capital privado nacional financeiro e com capital estrangeiro somente 13 tem vínculos acionários, num total de 20 ocorrências.

Já nos setores não financeiros, quase todos os capitais financeiros de origem não financeira mantêm associações acionárias com capitais nacionais e estrangeiros; somente 10 dos 43 grupos não tem ligações acionárias. Na totalidade Spíndola mostra que "3/4 dos grupos capitais financeiros de origem não financeira fazem associações acionárias com capitais nacionais e estrangeiros, através de suas empresas".

Como o próprio autor apontou as tramas de associações entre estas empresas de capital financeiro de origem não-financeira com outras vão ocorrer diretamente, ou seja, através da participação acionária, mas foge do controle estatístico as outras formas de associações, estas que podem se constituir de várias maneiras, seja como participação indireta, seja através de outras empresas, seja através da Holding que toma conta de vários setores e conjunto onde empresas se associam para formar uma outra.

1.7.3) A posição dos capitais financeiros entre os maiores grupos no país.

Para começarmos a situar o ranking dos 300 maiores grupos do país vamos classificá-los de acordo com os tipos de capital descritos anteriormente, ou seja, capitais financeiros de origem financeira, e capital financeiro de origem não financeira.

Dos 280 maiores grupos econômicos retirados do estudo de Spíndola, cinco grupos de capital financeiro e origem financeira estão entre os 10 maiores; o Bradesco em 2º lugar, Bamerindus em 3º, Bonfiglioli em 4º, Real em 6º e Itaú e 7º. No total dos 40 principais grupos principais privados, 11 eram de origem financeira.

Quando comparamos com dados de 1988 da Gazeta Mercantil o Bradesco já se apresenta como o 1º do ranking, o Itaú passou para o 4º, o Bamerindus desceu de 3º para o 5º e o Real de 6º para o 8º. Outros seis grupos ocupam as posições de 15º a 30º lugares.

Ao restringir os grupos no setor financeiro esses mesmos grupos ocupavam, em 1980, a maioria das 10 principais posições: 7 do 10 maiores bancos comerciais, 8 entre os 10 maiores bancos de Investimentos, 6 entre os 10 maiores financeiras e 4 entre os 10 maiores de seguros. E 1988 a mesma tendência se consolidou.

Concluindo, esses capitais concentram as melhores posições, a maior parte do patrimônio e das receitas do conjunto do sistema financeiro e privado.

Fazendo um comparativo com os capitais financeiros de origem não financeira entre os 300 maiores grupos, 19 estavam entre os 250, em 1980 e 21 entre os 300 em 1988. Nesses oito anos aumentou de 1 para 3 os grupos dessa origem entre os 19 maiores e de 7 para 11 os que se situavam entre os 50 primeiros.

Esse mesmo capital financeiro de origem não financeira dentro do setor financeiro contam com um número grande de instituições financeiras, 113 ao todo: 7 bancos comerciais, 10 bancos de Investimentos, 23 financeiras, 42 distribuidoras de títulos e valores mobiliários, 19 empresas de seguros, 8 arrendamento mercantil, 5 de administração e participação e 1 sociedade de crédito Imobiliário. Porém poucas dessas empresas ocupam lugar de liderança em qualquer setor.

Podemos notar que os grupos financeiros de origem financeira são bastante expressivos no setor financeiro da economia quanto que em outros setores de produtos e serviços, exceto na área de Informática, possuem um lugar de destaque porém não de liderança. O inverso ocorre com os capitais financeiros de origem não-financeira que lideravam nos demais setores sem apresentarem liderança no financeiro.

Capítulo II

A configuração e formação dos conglomerados

financeiros no Brasil.

INTRODUÇÃO

No capítulo anterior abordou-se o conceito de grupos econômicos, inserindo sua formação como uma das estratégias de valorização do capital.

A análise foi constituída de maneira sem considerar que cada país possui um modelo econômico específico e que por sua vez, determina diferentes formações e caracterizações dos conglomerados nos seus respectivos ambientes econômicos.

Este capítulo se propõe a aprofundar a questão dos grupos econômicos no Brasil, num contexto econômico peculiar ao nosso país, nos situando primeiramente no cenário econômico desde meados da década de 60 até hoje.

Objetivamos ainda delimitar a análise dos grupos que fazem parte dos chamados grupos financeiros de origem financeira, no entanto, aprofundar as questões mais específicas das outras formações. Devido a esta demarcação é importante salientar as reformas do nosso mercado financeiro e caracterizar o empresário que se formou a partir daí.

Numa economia onde as fases de desenvolvimento e retração da mesma, aconteceram num curto espaço de tempo, de 1946 com Juscelino Kubitchek até 1990 com o plano Collor, o reflexo foi um crescimento diferenciado de alguns setores da economia, como os ligados ao capital bancário e outros que estão sofrendo uma desaceleração e queda da lucratividade.

A partir desta verificação é que o trabalho fecha o circuito em torno do capital financeiro com o intuito de demonstrar a valorização do capital através da conglomeração.

2.1) Uma nova fase na circulação mundial do capital.

O processo econômico da década de 80 teve sua origem na evolução e transformação do capitalismo a partir do final do século XIX. Esta é caracterizada pela formação dos monopólios, juntamente com a segunda revolução tecnológica conduzindo a uma nova fase na circulação do capital mundial.

O capitalismo monopolista foi caracterizado pela exportação de capital obedecendo ao fato de que em alguns países o capitalismo expandiu-se desordenadamente e ao capital lhe faltava campo para a sua colocação lucrativa. " O excedente de capital é o motivo fundamental da exportação do mesmo e isto é determinado pelo desenvolvimento dos monopólios das uniões monopolistas, do esgotamento das possibilidades de acumulação do capital e, do outro lado, pela escassez de capital em outros países".⁴

Depois da 2ª Guerra Mundial, passa a ser determinante a exportação do capital produtivo na medida em que a hegemonia americana a níveis monetários, financeiros econômicos, político e militar possibilitou o extraordinário processo de reprodução do capital neste país e a formação de uma capacidade de acumulação acima das possibilidades de manter as taxas de lucro.

A internacionalização do capital, embora sob a liderança permanente dos EUA, intensifica-se com a retomada da acumulação de capital na Europa e no Japão em função da própria ajuda americana com o Plano Marshall e pela exportação do capital privado para esses países.

Do período entre o pós-guerra até os anos 70 é determinante na exportação de capitais predominando a exportação sob a forma de empréstimos e financiamentos de exportação de mercadorias.

De meados da década de 70 até hoje a exportação do capital - dinheiro e o domínio do capital bancário e financeiro neste processo, fazem com que essa forma passe a ser tanto predominante quanto determinante e se desgarrar cada vez mais do desenvolvimento da produção.

2.2) A inserção econômica brasileira nos anos 80.

Para discutirmos os anos 80 no Brasil, não podemos deixar de retratar mudanças econômicas fundamentais que precederam esta década. Nos remetemos a duas leis básicas do nosso mercado financeiro datadas de 1964/65 e que L.C.R. de Barros chamou de criação " biônica" devido a imposição de " um sistema operacional bastante abrangente e complexo, baseado fundamentalmente na

⁴ Spindola, C.G.- Estruturação e Desenvolvimento do Capital Financeiro no Brasil.

experiência americana de mais de 100 anos em uma economia com características marcantes de subdesenvolvimento".⁵

" Esse carácter biônico da legislação vai influenciar de modo fundamental a formação do empresário financeiro brasileiro da última metade dos anos 60 e início da década de 70, principalmente no segmento não monetário formado pelos bancos de investimentos, financeiras, e companhias de crédito imobiliário".⁶

Essa estruturação do mercado financeiro e de capitais teve como principais objetivos atrair para ativos financeiros legais a poupança privada que estava alocada principalmente em moedas estrangeiras, mercado paralelo de crédito e aplicações imobiliárias e criar condições efetivas para a transferência de recursos de consumo para a poupança financeira.

A estratégia montada pelo governo para efetivar essa mudança era de criar condições para o aparecimento de títulos financeiros com juros reais, a criação da correção monetária e a posteriori viabiliza, nesse sentido, o aparecimento de títulos de longo prazo; e o da correção monetária pré-fixada, e desenvolvimento dos títulos financeiros de curto prazo.

Nesse projeto de nova estrutura ampliou-se as alternativas de recursos à disposição do setor real dentro de uma ótica de especialização de instituições financeiras enquanto o volume de crédito de longo prazo era responsabilidade de bancos oficiais, basicamente BNDE e Banco do Brasil.

Os banqueiros privados, habituados a operarem no curto prazo, com recursos basicamente centrados nos depósitos à vista reagiram com bastante prudência a necessidade de utilizar-se dos chamados recursos comprados, criando um espaço vazio deixado no segmento não bancário.

Este foi ocupado, em uma primeira etapa, por outros empresários, muitos deles com experiência restrita ao incipiente mercado de aceites cambiais não existentes. Esta conjuntura foi parcialmente mascarada pela evolução extremamente favorável da conjuntura econômica brasileira no período "Delfiniano".

Os novos empresários atingem seu máximo em 1971 - 72 quando ocorrem várias fusões de bancos tradicionais por instituições não bancárias, principalmente bancos de Investimento. Estas aquisições, por sua vez, se deram muitas vezes de forma irregular com transações onde os recursos obtidos pelos compradores eram gerados por certificados de depósito emitidos pelo próprio comprador ou pela

⁵ Barros. L.C.M. - Sistema Financeiro Nacional - uma avaliação de Desempenho - Revista Conjuntura.

⁶ Barros. L.C.M. - op. cit.

contratação de operações de moeda estrangeira por parte da empresa holding do grupo financeiro adquirido.

O cenário nacional que se encerrou em 1973 apresentava duas características básicas e conflitantes: primeira, uma performance quantitativa realmente expressiva com o volume de crédito de 8 vezes superior, em termos reais, ao existente em fins de 1964. Além deste crescimento, inúmeras novas formas de crédito haviam sido criadas e desenvolvidas, inclusive operações baseadas em recursos captados no exterior (operações 63 e 4.131).

A segunda característica era a frágil situação financeira de alguns grupos bancários, fruto de critérios arrojados na administração de suas empresas, e que vinham viabilizando em função da economia.

Porém a partir de 1974 o quadro econômico no país sofre uma inversão atingindo profundamente o desenvolvimento do mercado financeiro. A reaceleração inflacionária e o agudo agravamento das condições de nosso balanço de pagamento obriga a nova equipe econômica do governo Geisel a interromper a política nitidamente expansionista.

Essa nova situação econômica trouxe à superfície as dificuldades já então vividas por um número de intermediários financeiros.

A primeira grande crise do mercado financeiro foi a partir da decisão do governo de não auxiliar o grupo Halles, ora em dificuldade, colocando em pânico o setor. Bruscamente enormes volumes de recursos, para a dimensão do mercado da época, foram transferidos para bancos oficiais e estabelecimentos financeiros de maior porte.

Duas alterações básicas nas condições do mercado de crédito resultaram da modificação conjuntural de 1974. A primeira, em função da crise gerada pelo caso Halles, foi a ocupação do segmento não bancário pelos maiores e mais tradicionais bancos comerciais, a segunda foi o crescimento da participação do governo como responsável pelo fornecimento de crédito, em grande parte subsidiado, ao setor privado.

O único setor em condições financeiras e gerenciais de responder a necessidade de se evitar um " crash" no setor financeiro era formado pelos grandes bancos comerciais.

Dentro dos conglomerados bancários liderados por um grande banco comercial, o banco de Investimento passou a ser, junto com as financeiras e com as companhias de crédito imobiliário, apenas uma carteira de financiamento a mais. A estrutura que prevaleceu, tanto operacional como executiva, foi aquela ligada à filosofia de um banco comercial. A idéia de " banco múltiplo" foi implantada de fato com a crise do Grupo Halles.

" Esta nova estrutura multibancária, por um lado, acabou por ser liderada pelo antigo capital bancário nacional, na condição de controlador dos tradicionais bancos comerciais brasileiros, os quais, após os movimentos precedentes descritos, ganham tamanho e nova estrutura organizacional, acabando por conferir ao mercado a ampliação do grau de oligopolização".⁷

Na década de 80, sob esta configuração do mercado financeiro, a atuação dos intermediários financeiros organizados sob a configuração dos bancos múltiplos foi condizente com o movimento geral da economia brasileira. As principais evidências e impactos sobre as operações financeiras ocorreram basicamente em função da adoção dos vários planos de Estabilização no período, em particular do plano Cruzado de março de 1986.

Dentre as principais mudanças no perfil deste segmento estão a captação total de depósitos que acusou um crescimento contínuo de 1986, atingiu em 1989 o menor nível real de toda a década. Os saldos reais dos empréstimos e financiamentos, por seu turno apresentaram comportamento semelhante aos dos depósitos, com queda sensível a partir de 1987 e chegando, ao final da década, a movimentar apenas 56% dos recursos negociados em 1980.

No caso da lucratividade, mensurada a partir do lucro líquido, a qual apresentou-se decrescente, acentuadamente nos anos de 1986/87, e mostrando rápida recuperação nos anos finais da década, há que destacar dois pontos: A influência da taxa de juros, enquanto instrumento de política econômica, e a inadimplência e fuga dos tomadores de empréstimos, marcadamente em 1987.

Em linhas gerais, a atuação das instituições financeiras no Brasil, nesta última década, pode ser considerada anômala, por enquanto submetida à intensa instabilidade da economia brasileira no período. A grande dificuldade seria a intermediação financeira numa economia em franca recessão a beira da hiperinflação. Ainda assim, o setor não sofreu perdas patrimoniais e conseguiu manter m bom nível de lucratividade.

⁷ Barros. L.C.M. - op.cit

2.3) Caracterização dos Grupos Financeiros no Brasil.

Depois de situar no cenário econômico brasileiro das últimas décadas, vamos verificar como no movimento destas mudanças onde incluíram-se choques, programas de estabilização, hiperinflação e taxas de juros altas, os grupos econômico financeiros se comportaram, quais as suas estratégias de expansão e como se caracterizavam no período.

2.3.1) O Processo de Concentração e Centralização Financeira.

O objetivo central deste trabalho é demonstrar a formação dos grupos econômicos financeiros e com isto é importante abordar o processo de concentração e centralização deste setor, pois, como foi tratado no capítulo anterior é a partir desses movimentos que se entende a estratégia de valorização do capital através de associações.

O processo de concentração bancária financeira pode ser observado pelos seguintes dados: de 1946 a 1983 o número de sedes de bancos caiu de 473 para 113 aumentando por outro lado o número de agências de 2079 para 14436. Is to significou ao mesmo tempo uma concentração, evidentemente, num menor número de bancos ou um rompimento do isolamento deles em relação ao espaço estadual e regional e passam a adquirir uma dimensão nacional e internacional.

O processo de centralização bancária foi também extraordinário, favorecido pelas conjunções fiscais e legais: " de 1966 a 1974, 51 bancos juridicamente independentes formalizaram a associação real que mantinham. Cerca de 222 bancos desapareceram no período, ou seja, 171 além dos 51 acima passaram pelo processo de centralização. Somente entre 1966 e 1969 houve 107 fusões de bancos e entre 1964 a 1972, 132 bancos foram incorporados por outros. Esse processo de fusão e incorporação ocorre somente entre os bancos privados, que se reduzem de 118 para 67 entre 1968 a 1980, já que os bancos Federais e Estaduais permaneceram os mesmos e os estrangeiros aumentam em 9".⁸

⁸ Spíndola, C.G. - op. cit.

O processo de concentração e centralização do sistema financeiro é acompanhado por três fenômenos, durante estas três décadas, e que se poderia dizer são conseqüências desse processo: a formação dos conglomerados ou grupos financeiros e daí para a constituição de capitais financeiros⁹ ; a diversificação crescente das atividades financeiras e, com a constituição do capital financeiro, a diversificação também para setores produtivos, de tecnologia, serviços e comerciais, e a continuada expansão do número de agências.

O movimento de centralização e concentração do capital bancário tem como complemento a expansão do número de agências na luta por maior captação de depósitos e de ampliação de outros negócios financeiros. Um fator adicional é a queda dos empréstimos em todo o período de crise dos anos 80 a 84 e 87 a 89, relacionado à crise do capital produtivo e com a crise financeira do Estado, em função da extraordinária elevação das dívidas internas e externas.

O sistema financeiro já se constitui num sistema oligopolizado. Essa oligopolização é extraordinariamente maior quando se verifica que os outros dois processos que se desenvolvem paralelamente - a diversificação e a conglomeração - se realizam fundamentalmente pelos grandes bancos comerciais. " Os bancos comerciais não são empresas isoladas, senão parte ou mesmo núcleo de poderosos grupos econômicos".¹⁰

2.3.2) A Dimensão do Capital Financeiro entre os Grupos Financeiros.

De acordo com o autor Spíndola um dos únicos trabalhos sobre a formação dos grupos financeiros - industriais foi o de "Karavaew" que já constava os vínculos entre os capitais bancários e industrial ou comercial (ou não-financeiro), embora não faça um levantamento sistemático do conjunto dos grupos financeiros e não financeiros que se constituem como capitais financeiros.

Ele destaca ainda alguns grupos brasileiros pela vinculação com o capital estrangeiro e entre grupos financeiros e industriais, como o Bradesco, Vidigal, Itaú, Monteiro Aranha, Moreira Salles, Bozano Simonsen, que é denominado de grupos financeiros industriais.

⁹ Tomamos a definição de Hilferding para definirmos o capital financeiro sendo a unificação da totalidade das formas parciais de capital, ou seja, da junção do capital bancário com o capital industrial.

¹⁰ Spíndola, C.G. - op. cit.

A partir de uma pesquisa realizada no Atlas Financeiros de 1980 e 1988 sobre os grupos privados nacionais revela os seguintes resultados gerais: foram encontrados 69 grupos nos dois anos que se constituem como capitais financeiros, sendo 24 (em 1980) e 26 (em 1988) de origem financeira e 45 (em 1980) e 43 (em 1988) de origem não financeira. Os 69 grupos são formados por 1930 empresas no primeiro ano e 2284 empresas no segundo, com 593 e 739 empresas financeiras, respectivamente em 80 e 88 e 1337 e 1545 empresas não financeiras nos respectivos anos. Em oito anos houve um aumento de 350 empresas dentro do mesmo número de grupos e o número de empresas por grupo passa de 28 para 30, crescendo mais entre os grupos de origem não financeira (25,1%) do que nos de origem financeira (15,7%). Este resultado permite concluir que a formação de capitais financeiros tem origens financeiras e não financeira e que é predominante o número de grupos dessa última origem nesse processo.

No entanto, os grupos de origem financeira tem um número maior de empresas do setor financeiro e têm uma distribuição de empresas das duas áreas menos desigual que os grupos de origem não financeira, apenas 16% deles têm esse mesmo número de empresas financeiras.

"É importante salientar que é expressivo o número de bancos comerciais (79%), de bancos de investimentos (83%) e de financeiras (49%) que estão nas mãos de grupos que formam capitais financeiros. A maior parte dessas empresas financeiras estão sob o controle acionário desses capitais: 68,5%, em 1980, e 83% em 1988, o que demonstra uma tendência a aumentar o controle nesses oito anos".¹¹

2.3.3) Atuação do Capital Financeiro de Origem Financeira.

Os 24 bancos em 1980 e 26 em 1988 listados no Atlas Financeiro citado no capítulo anterior, possuíam 304 e 378 empresas financeiras, respectivamente, nestes anos. Houve assim um aumento de 74 empresas do setor financeiro de propriedade desses capitais. Somente 11 grupos (Bco. do Brasil, Bradesco, Itaú, Real, Bozano - Simonsen, Bamerindus, Atlântica, Boa Vista, Veplan, Unibanco, Nacional, Econômico) possuíam a metade das empresas financeiras do conjunto dos capitais financeiros de origem financeira, em 1980 e em 1988, 10 grupos (sem

¹¹ Spindola, C.G. - op. cit.

contar com Atlântica, Boa Vista) aumentou seu percentual para 62%. Do total das novas empresas criadas na década de 1980, ou seja, 74, cinco grupos (Bradesco, Itaú, Real, Bozano-Simonsen e Bamerindus) foram responsáveis pela instalação de 66, o que corresponde a quase totalidade das empresas financeiras criadas pelos capitais financeiros de origem financeira e a 45% das empresas financeiras instaladas na década pelo conjunto dos capitais financeiros nacionais.

Com relação à atuação dos capitais financeiros de origem financeira nos setores não financeiro, do total de 1312 empresas do conjunto de 66 grupos capitais de capitais financeiros nacionais mencionados pelo autor, os 24 de origem financeira tinham investimentos em 486 empresas não financeiras, em 1980, e os 26, em 1988, possuíam 475, uma redução resultante da falência de grupos financeiros como o Comind, Bonfiglioli e de importantes diminuições de empresas do grupo Nacional e Veplan. Por outro lado, aumentou extraordinariamente o número de empresas não financeiras de grupos como o Bradesco, Econômico, Itaú, Bamerindus e BCN; outros grupos tem um número elevado de empresas nesta área: o Real com 27, Bozano - Simonsen com 43 e o Bandeirantes com 17, em 1988.

Dentre as empresas adquiridas pelos grupos de origem financeiras nas áreas não financeiras, os setores que mais se apresentaram beneficiados foram os de agropecuária e os serviços, dos 23 grupos, em 1988, 10 atuam simultaneamente em mais de seis setores; todos os grandes grupos estão fortemente concentrados em serviços e agropecuária. Alguns, como o Bradesco e Itaú, tem um bom número de empresas em informática, o primeiro com 9 e o segundo com 6, em 1988. Nos setores industriais se dispersam em vários subsetores, embora com forte concentração o grupo Bozano - Simonsen em mineração com 19 empresas (controladas ou associadas). Mas no conjunto das empresas industriais, alguns grupos, como o Itaú, Real, e o BCN dispõem de um número expressivo de empresas.

O movimento no interior das capitais considerados financeiros originados da área financeira, houve, nestes oito anos entradas e saídas, aumentos e redução de empresas dentro de cada grupo: dos que estavam presentes na lista de 1980, seis não constam em 1988; 5 grupos financeiros saíram das atividades não financeiras; 4 novos grupos se constituíram como capital financeiro; 4 grupos no setor financeiro e 6 no não financeiro reduziram o número de empresas.

Como observamos houve mais saídas que entradas em um movimento interno aos grupos muito importantes, principalmente relacionados com o crescimento do número de empresas. Contudo, o "movimento de atração ou de centralização, seja por fusão, associação ou instalação de novas empresas é a mais forte tendência no desenvolvimento do capital financeiro de origem financeira entre os grupos nacionais".

2.4) Posições dos Capitais Financeiros no Ranking dos 300 maiores Grupos no País.

Este item tem o propósito de demonstrar a posição dos grupos financeiros no ranking das empresas no país levantando comparações entre o ano de 1980 com o de 1988. É importante lembrar que estes dados compreendem somente os grupos que se constituem como capital financeiro.

a) Posição dos capitais financeiros de origem financeira.

Entre esses capitais, cinco deles ocupavam posições que se situavam entre os dez primeiros do ranking dos 250 maiores grupos econômicos e financeiros privados do país, segundo a classificação do Balanço Anual da Gazeta Mercantil de 1980: Bradesco em 2º lugar, Bamerindus em 3º, Bonfiglioli em 4º, Real em 6º e Itaú em 7º. Em posições um pouco menos privilegiadas estavam outros seis grupos situados entre 19º e o 38º lugares. Assim, onze grupos entre os 24 capitais financeiros de origem financeira ocupavam lugares importantes entre os 40 principais grupos privados nacionais.

Em 1988, houve mudanças nas posições dos grupos capitais financeiros no ranking formado pelos 300 maiores grupos privados do país: o Bradesco subiu para o 1º lugar, o Itaú passou para o 4º, o Bamerindus desceu de 3º para 5º e o Real de 6º para 3º; o grupo Bonfiglioli entrou em falência. Outros seis grupos ocupavam as posições de 15 a 30 lugares.

b) Posições dos Capitais Financeiros de Origem Financeira no Setor financeiro.

Em 1980, esses capitais ocuparam a maioria das 10 principais posições no sistema financeiro: 7 dos maiores bancos comerciais, 8 entre os 10 maiores bancos de Investimentos, 6 entre as 10 maiores financeiras e 4 entre os 10 maiores de seguros. Em 1988, aumentou para 8 em bancos comerciais, caiu para 7 em bancos de Investimentos, manteve-se em 6 nas financeiras e subindo para 5 entre as seguradoras.

"Esses capitais financeiros de origem financeiras concentram portanto, as melhores posições e, necessariamente, a maior parte do patrimônio e das receitas do conjunto do sistema financeiro privado".¹²

Fazendo um comparativo com os capitais financeiros de origem não financeira entre os 300 maiores grupos, 19 estavam entre os 250 maiores em 1980, e 21 entre os 300 em 1988. Nesses 8 anos aumentou de 1 para 3 os grupos dessa origem entre os 19 maiores e de 7 para 11 os que se situam entre os 50 primeiros.

Esses mesmo capital financeiro de origem não financeiro dentro do setor financeiro contam com um número grande de Instituições financeiras, 113 ao todo: 7 bancos comerciais, 10 bancos de Investimentos, 23 financeiras, 42 distribuidoras de títulos e valores mobiliários, 19 empresas de seguro, 8 arrendamento mercantil, 5 de administração e participação e 1 sociedade de crédito imobiliário. Porém, poucas dessas empresas ocupam lugar de liderança em qualquer setor.

Podemos notar que os grupos financeiros de origem financeira são bastantes expressivos no setor financeiro da economia quanto que em outros setores de produtos e serviços, exceto na área de informática, possuem lugar de destaque não de liderança. O inverso ocorre com os capitais financeiros de origem não financeira que lideravam nos demais setores sem apresentarem liderança no financeiro.

Contudo, a diversificação desses dois capitais é visível, mais por uma questão conjuntural onde o governo participa com incentivos, protecionismos e subsídios em geral, do que uma estratégia estrutural de renovação ou tomada de novos rumos.

¹² Spindola. C.G. - op. cit.

Capítulo III

Estudo de Caso

Grupo Financeiro Unibanco S.A.

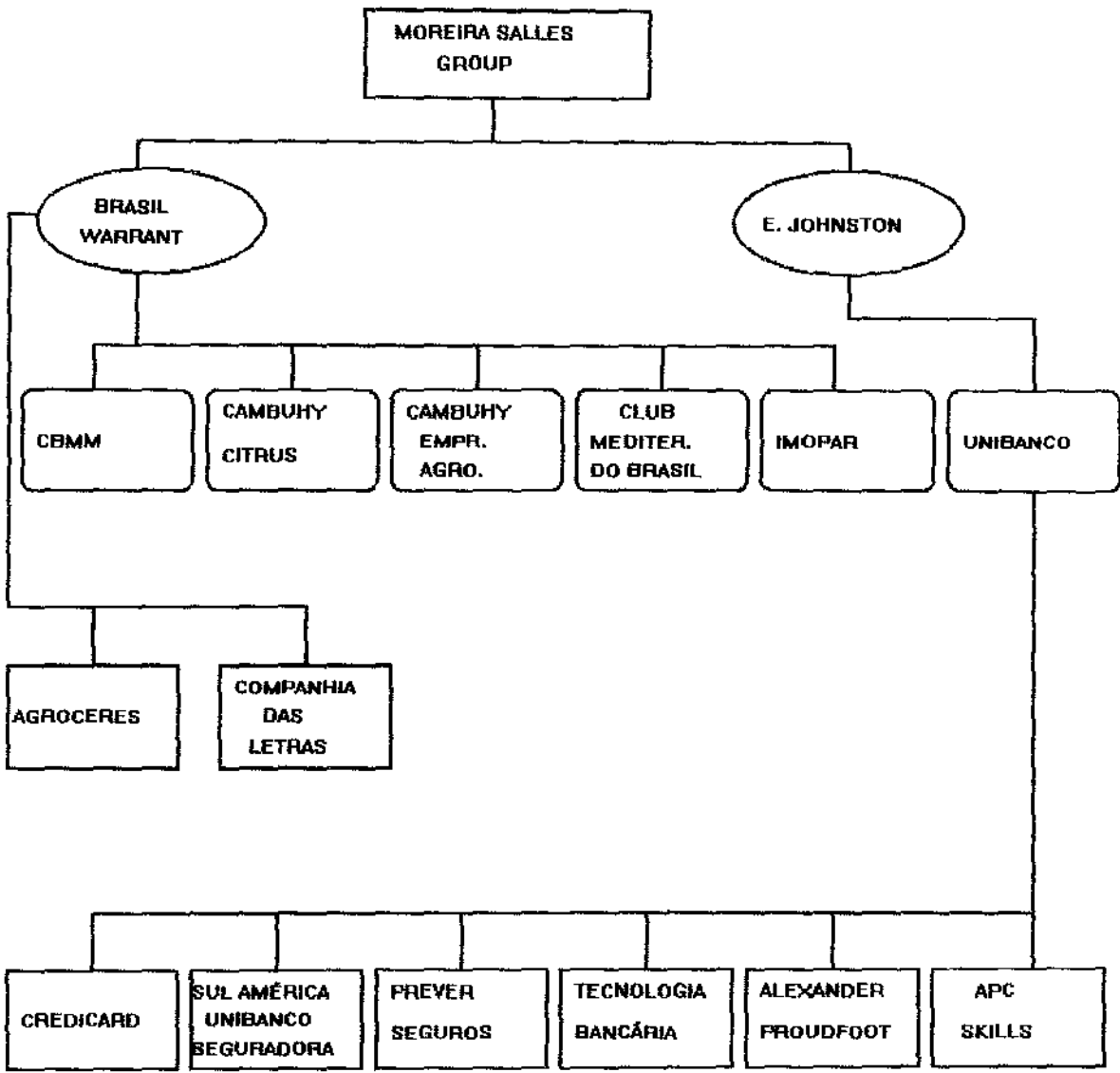
Introdução

Nos capítulos anteriores abordou-se inicialmente o tema da formação dos grupos econômicos financeiros inicialmente numa visão abrangente retomando teoricamente alguns conceitos que nos levam a melhor compreensão do movimento de formação destes grupos proposto neste trabalho.

No segundo capítulo retoma-se a discussão, agora inserida no contexto brasileiro, de modo a entender a formação a formação dos grupos financeiros e suas especificidades na economia brasileira.

Este capítulo procura fechar a problematização num estudo de caso apontando através de dados colhidos em anuários e demonstrativos contábeis de valorização do capital pelo grupo financeiro Unibanco S.A.. Ao centrar-se a análise na formação dos grupos financeiros procura-se destacar como objeto de análise a holding E.Johnston que controla diretamente o Unibanco S.A..

3.1) A estrutura organizacional do grupo Moreira Salles.



HOLDINGS



CONTROLLING INTERESTS



NON - CONTROLLING INTERESTS

A análise da estrutura organizacional do Grupo Moreira Salles permite verificar que o grupo financeiro Unibanco, objeto básico de nosso estudo de caso, é parte do grupo Moreira Salles que tem como holdings a Brasil Warrant e a E. Johnston. Esta última holding controla diretamente o "grupo financeiro" Unibanco. Essa estrutura aponta a organização no ano de 1992 último período coberto por esse estudo e cuja evolução procuraremos descrever e discutir, tendo como cenário a formação e evolução dos grupos financeiros no Brasil.

A história do Grupo Moreira Salles começa juntamente com a trajetória do Banco em 1909 quando João Moreira Salles fundou a sua casa de comércio. Já em 1913 esta casa passou a ser representante de vários bancos com sedes nas principais capitais do país, até que em 1924 a Moreira Salles Cia. obteve do governo federal a carta patente para se transformar em seção bancária.

À partir daí a instituição passou por várias fusões e aquisições. Em 1940 tanto a casa bancária Botelhos como o Mechadense associaram-se a casa bancária Moreira Salles. Em 1967 foi incorporado o Banco Agrícola Mercantil e a instituição passou a se chamar União dos Bancos Brasileiros transferindo-se para o Rio de Janeiro. Em 1970 mais um Banco entrou para o Conglomerado, desta vez o Banco Predial e finalmente em 1972 se incorporou o Banco de Investimentos do Brasil (BIB).

Paralelamente as aquisições financeiras o Grupo Moreira Salles foi adquirindo outras instituições que ramificaram a sua área de atuação. Em 1951 o Brasil Warrant, uma das atuais holdings do grupo, uma companhia Britânica proprietária da maior plantação de café do mundo (fazendas do Cambuhí), no estado de São Paulo, foi incorporada aos negócios da família vindo mais tarde a assumir o papel de administradora de parte da instituição.

Em 1965 foi a vez da obtenção do controle majoritário do DEMA, uma companhia de mineração e metalurgia, cujo o controle minoritário era da Holycorp, hoje uma subsidiária da Union Oil of California o que precipitou a criação da companhia brasileira de metalurgia e mineração CBMM.

Nos anos 70 o grupo expandiu-se novamente só que agora na área turística através da associação do Clube Mediterraneé do Brasil adquirindo clubes na Bahia e no Rio de Janeiro.

Atualmente liderada pela terceira geração da família Moreira Salles o grupo está começando um novo ciclo de expansão. Seguindo a consolidação de vários negócios, o grupo está desenvolvendo novas atividades incluindo a construção da Cambuhy Citrus, projeto de concentrado de suco de laranja no estado de São Paulo; Companhia das Letras, editora de alto nível com grande participação no mercado, entre outros negócios que estão consolidando a sua posição cada vez em áreas mais específicas e diferenciadas.

Neste sentido, destaca-se que se tomarmos como referência de análise os maiores grupos privados nacionais na década de 80, o número médio de empresas que um conglomerado nacional possuía era de 12,8 instituições.

O Grupo Moreira Salles coloca-se dentro desta média e chega no final da década apresentando treze empresas no total do grupo.

Mesmo as áreas de diversificação que foram demonstradas pelo organograma, onde aconteceram desde meados da década de 50 até meados de 70, correspondem àqueles ramos de atuação mencionados, anteriormente, no qual os capitais financeiros mantinham liderança mesmo atuando fora de sua especialização o que nos permite concluir que o grupo analisado neste estudo de caso apresenta o mesmo movimento apontado pelo levantamento mais amplo discutido até aqui.

A origem e o resultado dos negócios do grupo estão centradas na instituição financeira, para a qual procuraremos acompanhar ano a ano, durante a década de 80, as associações que o banco manteve, no intuito de entender seu processo de centralização de capital e diversificação de negócios ou atividades.

3.2) As associações ao longo da década de 80.

Este item se propõe a demonstrar as aquisições do grupo Moreira Salles, em específico aquelas ligadas ao Unibanco durante o período de 1980 até 1990. A descrição dessas empresas, as quais chamaremos de associadas, aparecerão distribuídas de duas formas ora com a nomenclatura coligadas referindo-se a empresas cuja participação acionária do UNIBANCO S.A. fica abaixo de 100% significando que existem outros parceiros no ramo de negócios; ora como controladas, ao contrário da primeira, a participação acionária fica em torno de 90% a 100% concluindo que neste ramo de negócios somente o UNIBANCO

participa, geralmente são empresas que complementam a atividade da área financeira.

Na década de 80, a partir do levantamento feito nos relatórios da administração e demonstrativos contábeis publicados anualmente na Gazeta Mercantil, onde foram feitas análises ano a ano, podemos identificar várias associadas tentando fechar uma noção das áreas que o banco estrategicamente adotou para expansão do capital.

Ano de 1.980

As empresas que aparecem no relatório anual neste ano são as seguintes:

- Coligadas

Clube Mediterraneé do Brasil Serviços Turísticos Ltda. e Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos: empresas cuja destinação básica é dar suporte especializado às operações do clube, tanto no que tange as vendas internacionais do Village de Itaparica tanto no que toca a outros Villages da rede no exterior. A participação acionária é de 25,491% representando 60.064.090 ações ordinárias. O montante investido na empresa, neste mesmo ano, foi de 3,83% da conta investimentos do ativo.

Credicard S.A. : Administradora de cartões de crédito, atingiu a cifra de 300.000 cartões no mesmo ano se transformando em um braço bastante evolutivo na área. O Unibanco controla 33,33% das ações ordinárias da empresa. Neste ano o Banco investiu 8,78% de recursos vindos da conta Investimentos do seu ativo.

- Controladas

Alexander Proudfoot Serviços Ltda.: empresa associada no Brasil da Alexander Proudfoot Company, companhia americana que atua no mercado de serviços de assessoria e otimização do aproveitamento dos fatores de produção das

empresas, especialmente na área de pessoal. A participação acionária do Unibanco é de 100% sendo que ela participou em 1,37% da conta investimentos no ativo.

Brasilpar - Comércio e Participações S.A.: com 100% de participação do Unibanco perfazendo 8.999.997 cotas. Esta empresa atua na área de aplicações em empresas de porte médio, especialmente as voltadas para os setores de agroindústria e energia sendo, portanto, uma empresa da área financeira. O Unibanco despendeu investimentos nessa empresa no valor correspondente a 11% da conta investimentos.

Unibanco Administradora de Bens Patrimoniais Ltda.: esta controlada especializa-se na gestão de bens móveis e imóveis, especialmente para clientes do exterior, incluindo a avaliação de compra e venda de imóveis, atua também na comercialização de imóveis do conglomerado. O controle acionário é de 100% e por ser uma empresa prestadora de serviços aos clientes e ao próprio conglomerado não se registrou nenhum investimento.

Unibanco Administração e Corretagem de Seguros Ltda.: empresa que além de operar na corretagem de seguros diversos, tem como principal atividade a administração e o gerenciamento do Unibanco Clube de Seguros - Uniclube, a participação acionária é de 100% sem aparecer nenhum investimento adicional na empresa.

Unibanco Editora, Publicidade e Gráfica Ltda.: esta controlada produz a maior parte dos impressos utilizados pelas empresas Unibanco, tanto para fins administrativos tanto promocionais, 100% de sua participação acionária é do Banco sem apresentar qualquer investimento neste ano.

Unibanco Planejamento e Comércio Ltda.: empresa em que o Banco Comercial atua na área de crédito rural tanto aplicando recursos, como prestando assistência técnica e financeira completa aos produtores agrícolas, 100% das ações é do Unibanco onde 0,012% foram utilizadas da conta Investimentos.

Sistemas S.A.: é uma empresa que atua na área de processamento de dados, no sentido de interiorizar a captura de dados, a transmissão, recepção e a impressão dos relatórios de alguns sistemas, sendo o principal deles a conta corrente.

O Banco controla 100% das ações sendo responsável por 32,30% da conta Investimentos, a maior porcentagem atingida entre as associadas no que tange a injeção de capital.

Unitrade S.A. Importação e Exportação : concentra-se em duas linhas básicas de atuação agroindustrias, hortifrutigranjeiros e materiais de construção. Possui negociações para a exportação de bens de capital e de consumo durável procurando utilizar dentro do conglomerado, para a composição dos pacotes de exportação, os recursos e técnicas de outras unidades tais como o Banco Comercial e Seguradora. A participação acionária é de 96,922% por parte do banco, no ano de 1980 não houve investimentos registrados.

Abaixo apresentaremos um quadro resumo dessas informações :

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
CLUBE MEDITERRANÉE	25,491%	1,65%
CREDICARD S.A.	33,33%	0,76%
CONTROLADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	100%	0,12%
BRASILPAR - COM. PART.	100%	11,00%
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	100%	-----
UNIBANCO ADM. CORR. SEG.	100%	0,16%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRA.	100%	-----
UNIBANCO PLANEJAMENTO	100%	1,00%
UNIBANCO SISTEMAS	100%	2,78%
UNITRADE S.A.	96,922%	-----

FONTE : GAZETA MERCANTIL 1980.

ANO DE 1981

Apresentaremos a análise do demonstrativo de 1981 onde as associadas que aparecem no ano anterior não serão descritas novamente, incluindo-se apenas aquelas recentemente criadas.

- CONTROLADAS

- Unibanco Transportes e Serviços Ltda.: única controlada recente que responde pela prestação de serviços às empresas do conglomerado, no âmbito dos transportes. Sua participação acionária é de 100% sem apresentar investimentos nesse ano.

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
CLUBE MEDITERRANÉE e ITAPARICA	11,10%	0,82%
CREDICARD S.A.	33,33%	0,47%
CONTROLADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	100%	0,10%
BRASILPAR - COM. PART.	100%	----
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	100%	----
UNIBANCO ADM. CORR. e SEG.	99,998%	0,19%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRAF.	100%	----
UNIBANCO PLANEJAMENTO	100%	1,03%
UNIBANCO SISTEMAS S.A.	100%	2,71%
UNIBANCO TRANSP. e SERV.	100%	----
UNITRADE S.A.	99,283%	2,34%

FONTE : GAZETA MERCANTIL 1981.

Ano de 1982

Nesse ano a única aquisição na qual aparece no anuário da Gazeta Mercantil é APC SKILLS que apresentaremos abaixo.

- COLIGADA

- APC SKILLS - Desenvolvimento de Recursos Humanos e Instalações de Sistemas e Treinamento Ltda.: durante o ano de 82 o Unibanco associou-se majoritariamente na APC Skills. A associação foi efetivada 1º de julho de 1982. A participação acionária foi de 51 %, enquanto que o investimento foi da ordem de 0,06%.

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
APC SKILLS	51%	0,03%
CLUBE MEDITERRANÉE e ITAPARICA	11,10%	0,93%
CREDICARD S.A.	33,33%	0,72%
CONTROLADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	100%	0,06%
BRASILPAR - COM. PART.	100%	---
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	99,999%	0,51%
UNIBANCO ADM. CORR. e SEG.	99,998%	0,09%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRAF.	100%	0,60%
UNIBANCO PLANEJAMENTO	100%	0,46%
UNIBANCO SISTEMAS S.A.	70%	2,28%
UNIBANCO TRANSP. e SERV.	100%	0,23%
UNITRADE S.A.	99,367%	2,34%

FONTE : GAZETA MERCANTIL 1982.

Ano de 1983

No ano de 1983 outras aquisições aparecem neste anuário que consideraremos a seguir.

- COLIGADAS

Sul América Unibanco Seguradora S.A.: em decorrência dos acordos entre o conglomerado Unibanco e o Sistema Sul América o primeiro passa a deter 60% de seu capital social, tendo por consequência sua razão social alterada para Sul América Unibanco Seguradora S.A. Neste mesmo ano registrou-se 6,07% de investimentos.

Como destaque final registrou-se a absorção da Prever Previdência Privada S.A. no montante de 33% de participação acionária não constando nenhum investimento neste mesmo ano. Passaram a participar diretamente da sociedade os conglomerados Bamerindus e Nacional.

Tecnologia Bancária S.A.: criada em 1982 mediante a associação inicial do Unibanco, Bamerindus e Nacional objetiva a introdução de automação de serviços bancários. Além dos três bancos fundadores outros dois aderiram ao empreendimento em 1983 o banco Finasa e o banco Real. O Unibanco possui 33,33% de suas ações representando 0,27% da conta investimentos.

No mesmo ano verificamos também que as empresas Brasilpar Comércio e Participação e a Unibanco Sistemas S.A. deixam de integrar as empresas controladas do grupo.

A primeira passa a não constar nos demonstrativos contábeis deste ano e nos seguintes, enquanto que a segunda, através da abertura de capitais tem modificada sua participação acionária onde no período anterior estava em 70% em 83 cai para 63,934%.

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
APC SKILLS	51%	-----
CREDICARD S.A.	33,33%	0,22%
PREVER - PREV. PRIVADA	33,33%	-----
SUL AMERICA UNIBANCO S.A.	36,402%	6,07%
TÉCNOLOGIA BANCÁRIA S.A.	33,33%	0,27%
UNIBANCO SISTEMAS S.A.	63,934%	1,84%
CONTROLADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	100%	-----
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	99,999%	0,47%
UNIBANCO ADM. CORR. e SEG.	99,998%	0,38%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRAF.	99,999%	0,73%
UNIBANCO PLANEJAMENTO	99,999%	0,50%
UNIBANCO TRANSP. e SERV.	99,999%	0,25%
UNITRADE S.A.	99,407%	2,17%

Fonte: Gazeta Mercantil 1983.

ANO DE 1984

Neste mesmo ano tanto as coligadas quanto as controladas permaneceram inalteradas cabendo somente mencionar que a Tecnologia bancária, empresa constituída em 1982, mediante a participação dos Bancos Bamerindus, Nacional e o Unibanco contava ao final de 1984 com mais os seguintes acionistas: Mercantil de São Paulo, Real, Banespa, Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Comind, Noroeste, América do Sul, BCN, Auxiliar, Banorte, Econômico, Sul Brasileiro e Citybank.

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
APC SKILLS	51%	----
CREDICARD S.A.	33,33%	0,22%
PREVER - PREV. PRIVADA	33,33%	----
SUL AMÉRICA UNIBANCO S.A.	36,402%	6,53%
TÉCNOLOGIA BANCÁRIA S.A.	33,33%	0,33%
UNIBANCO SISTEMAS S.A.	63,934%	0,60%
CONTROLADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	100%	----
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	99,999%	0,41%
UNIBANCO ADM. CORR. e SEG.	99,998%	0,60%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRAF.	99,999%	0,67%
UNIBANCO PLANEJAMENTO	99,999%	0,71%
UNIBANCO TRANSP. e SERV.	99,999%	0,26%
UNITRADE S.A.	99,407%	1,76%

Fonte : Gazeta Mercantil 1984.

ANO DE 1985

Neste período o anuário da Gazeta Mercantil não apresentou nenhuma entrada de qualquer outra empresa no grupo, somente registra-se o não aparecimento da empresa Tecnologia Bancária porém não constou qualquer comentário no relatório. Apresentaremos abaixo o quadro resumo do ano.

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
APC SKILLS	51%	-----
CREDICARD S.A.	33,33%	0,34%
PREVER - PREV. PRIVADA	33,33%	-----
SUL AMÉRICA UNIBANCO S.A.	36,402%	6,46%
UNIBANCO SISTEMAS S.A.	53,780%	1,78%
CONTROLADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	100%	-----
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	99,999%	0,74%
UNIBANCO ADM. CORR. e SEG.	99,998%	0,38%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRAF.	99,999%	0,87%
UNIBANCO PLANEJAMENTO	99,999%	0,42%
UNIBANCO TRANSP. e SERV.	99,999%	0,25%
UNITRADE S.A.	99,407%	1,95%

Fonte : Gazeta Mercantil 1985.

ANO DE 1986

Observa-se que nesse período a única alteração sofrida no quadro em relação ao ano anterior foi a abertura de capital da empresa Alexander Proudfoot, uma unidade de Serviços que em 85 o Unibanco participava com 100% do capital enquanto que em 86 essa porcentagem cai significativamente para 61%.

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	51%	0,04%
APC SKILLS	51%	0,002%
CREDICARD S.A.	33,33%	1,59%
PREVER - PREV. PRIVADA	33,33%	-----
SUL AMÉRICA UNIBANCO S.A.	36,402%	5,51%
UNIBANCO SISTEMAS S.A.	40,20%	1,12%
CONTROLADAS		
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	99,999%	0,82%
UNIBANCO ADM. CORR. e SEG.	99,998%	0,63%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRAF.	99,999%	0,89%
UNIBANCO PLANEJAMENTO	99,999%	0,54%
UNIBANCO TRANSP. e SERV.	99,999%	0,27%
UNITRADE S.A.	99,407%	1,85%

Fonte : Gazeta Mercantil 1986.

ANO DE 1987

Retomaremos o mesmo quadro do ano anterior pois o Unibanco não apresentou nenhuma modificação no seu relatório.

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	51%	0,01%
APC SKILLS	51%	0,03%
CREDICARD S.A.	33,33%	1,65%
PREVER - PREV. PRIVADA	33,33%	----
SUL AMÉRICA UNIBANCO S.A.	36,402%	5,09%
UNIBANCO SISTEMAS S.A.	40,20%	1,46%
CONTROLADAS		
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	99,999%	1,06%
UNIBANCO ADM. CORR. e SEG.	99,998%	0,88%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRAF.	99,999%	0,43%
UNIBANCO PLANEJAMENTO	99,999%	0,44%
UNIBANCO TRANSP. e SERV.	99,999%	0,16%
UNITRADE S.A.	99,407%	1,75%

Fonte : Gazeta Mercantil 1987.

ANO DE 1988

A única modificação existente desde 1985 até agora será a exclusão da empresa Unitrade S.A. que não se registrou nos anuários nenhuma participação acionária, nem se quer há menção de sua participação no grupo.

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	51%	----
APC SKILLS	51%	0,24%
CREDICARD S.A.	33,33%	1,93%
PREVER - PREV. PRIVADA	33,33%	0,76%
SUL AMÉRICA UNIBANCO S.A.	36,402%	3,76%
UNIBANCO SISTEMAS S.A.	40,20%	1,01%
CONTROLADAS		
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	99,999%	----
UNIBANCO ADM. CORR. e SEG.	99,998%	0,62%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRAF.	99,999%	0,35%
UNIBANCO PLANEJAMENTO	99,999%	0,34%
UNIBANCO TRANSP. e SERV.	99,999%	0,14%

Fonte : Gazeta Mercantil 1988.

ANO DE 1989 e 1990

Novamente nenhuma mudança foi verificada por isso o quadro resumo permanece o mesmo para os anos de 89 e 90.

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS
COLIGADAS		
ALEXANDER PROUDFOOT	51%	0,07%
APC SKILLS	51%	0,04%
CREDICARD S.A.	33,33%	0,68%
PREVER - PREV. PRIVADA	33,33%	0,65%
SUL AMÉRICA UNIBANCO S.A.	36,402%	2,83%
UNIBANCO SISTEMAS S.A.	40,20%	1,45%
CONTROLADAS		
UNIBANCO ADM. BENS PATR.	99,999%	1,00%
UNIBANCO ADM. CORR. e SEG.	99,998%	0,51%
UNIBANCO EDIT. PUBL. GRAF.	99,999%	0,44%
UNIBANCO PLANEJAMENTO	99,999%	0,39%
UNIBANCO TRANSP. e SERV.	99,999%	0,13%

Fonte : Gazeta Mercantil 1989.

EMPRESAS	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA DÉCADA DE 80										
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Coligadas											
Alexander Proudfoot*	100%	100%	100%	100%	100%	100%	51%	51%	51%	51%	51%
APC Skills	-----	-----	51%	51%	51%	51%	51%	51%	51%	51%	51%
Brasilpar Comercio Participação ***	100%	100%	100%	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Credicard S.A.	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
Clube Mediterranée**	25,491%	11,10%	11,10%	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Prever Prev. Privada	-----	-----	-----	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
Sul América Unibanco S.A.	-----	-----	-----	36,402%	36,402%	36,402%	36,402%	36,402%	36,402%	36,402%	36,402%
Tec. Bancária ****	-----	-----	-----	33,33%	33,33%	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Unibanco Sistemas	100%	100%	70%	63,934%	63,934%	53,780%	40,20%	40,20%	40,20%	40,20%	40,20%
Controladas											
Unibanco Adm. Bens Patrimo.	100%	100%	99,99%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%
Unibanco Adm. Cor. de Seguros	100%	99,98%	99,99%	99,999%	99,998%	99,998%	99,998%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%
Unibanco Edit. Publi. e Gráfica	100%	100%	100%	99,999%	99,999%	99,998%	99,998%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%
Unibanco Planej.	100%	100%	100%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%
Unibanco Transp. e Serviços	-----	100%	100%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%
Unitrade S.A.	96,92%	99,28%	99,367%	99,407%	99,407%	99,407%	99,407%	99,407%	-----	-----	-----

* - Até 1985 a Alexander Proudfoot era uma controlada com 100% de participação acionária, a partir de 86 o grupo fica com apenas 51%.

** - O clube Mediterranée até 1983 constava no demonstrativo contábeis, porém, a partir de 84 podemos verificar que passa a ser controlado pela Holding Brasil Warrant.

*** - A Brasil Par após 83 desaparece dos demonstrativos contábeis.

**** - A tecnologia Bancária nada conseguimos obter de informações em seus anuários.

% DE PARTICIPAÇÃO NA CONTA INVESTIMENTOS DO ATIVO

EMPRESAS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Coligadas											
Alexander Proudfoot	0,12%	0,10%	0,06%	-----	-----	-----	0,04%	0,01%	-----	0,07%	0,04%
APC Skills	-----	-----	0,03%	-----	-----	-----	0,002%	0,03%	0,24%	0,04%	0,02%
Brasilpar Com. Participação	11,00%	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Credicard S.A.	0,76%	0,47%	0,72%	0,22%	0,22%	0,34%	1,59%	1,65%	1,93%	0,68%	0,75%
Clube Mediterranée	1,65%	0,82%	0,93%	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Prever Prev. Privada	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	0,76%	0,65%	0,53%
Sul América	-----	-----	-----	6,07%	6,53%	6,46%	5,51%	5,09%	3,76%	2,83%	3,14%
Unibanco S.A.											
Tecnologia Bancária	-----	-----	-----	0,37%	0,33%	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Unibanco Sistemas S.A.	2,78%	2,71%	2,28%	1,84%	0,60%	1,78%	1,12%	1,46%	1,01%	1,45%	-----
Controladas											
Unibanco Adm. Bens Patrimo.	-----	-----	0,51%	0,47%	0,41%	0,74%	0,82%	1,06%	-----	1,00%	-----
Unibanco Adm. Cor. de Seguros	0,16%	0,19%	0,09%	0,38%	0,605	0,38%	0,63%	0,88%	0,62%	0,51%	0,57%
Unibanco Edit. Publi. e Gráfica	-----	-----	0,60%	0,73%	0,67%	0,87%	0,89%	0,43%	0,35%	0,44%	0,49%
Unibanco Planej.	1,00%	1,03%	0,46%	0,50%	0,71%	0,42%	0,54%	0,44%	0,34%	0,39%	0,43%
Unibanco Transp. e Serviços	-----	-----	0,23%	0,25%	0,20%	0,25%	0,27%	0,16%	0,14%	0,13%	0,14%
Unitrade S.A.	-----	2,34%	2,11%	2,17%	1,76%	1,95%	1,85%	1,75%	-----	-----	-----

Com base nos dados colhidos e resumidos nos últimos quadros, demonstramos as flutuações nos investimentos e nas participações acionárias que ocorreram ao longo da década de 80 na instituição Unibanco.

Como podemos constatar o Grupo Moreira Salles é um conglomerado financeiro de origem financeira tendo no Unibanco S.A. sua principal atividade.

As ramificações fora da atividade financeira aconteceram em 1951, Brasil Warrant, 1965, CBMM, e na década de 70 a formação da Cambuhy Citrus e Companhia das Letras. Essas aquisições do grupo coincidem com o período em que o autor Spíndola, mencionado no capítulo 1, chamou de acumulação produtiva com acumulação financeira, ou seja, o período em que houve grande aceleração do setor industrial com a área financeira potencializando este capital na forma de expansão do capital fixo e do capital de giro das mesmas bem como agilizando a circulação das mercadorias através da realização via crédito ao consumidor.

A partir de 1975 deu-se o início da fase de crise do setor produtivo com elevada acumulação financeira, com os bancos aumentando as suas taxas de lucro, as grandes empresas e grupos dos setores produtivos acumulando financeiramente pela aplicação de lucros nas letras, principalmente as de Estado, remuneradas com juros altos e correção cambial.

Intensifica-se nessa fase a competição bancária com o aumento de agências, lançamentos de CDB's na procura de maiores recursos, diversificação das atividades no setor financeiro, e investimentos em outros setores rentáveis como o de informática e agropecuária.

É nesse contexto histórico-econômico que na década de 80 o banco se insere, definindo alguns rumos e estratégias do Unibanco para valorização do capital.

A análise da evolução da composição dos investimentos em associadas mostra, que as aquisições feitas se concentraram na atividade financeira de acordo com a tendência de valorização do capital através da especialização da atividade e não da diversificação, já que o setor produtivo passava por uma fase de desaceleração.

Do ano de 1980 a 1985, cinco empresas foram adquiridas pelo grupo: APC Skills, Credicard S.A., Prever Previdência Privada, Sul América Unibanco S.A. e Tecnologia Bancária. Dentre estas somente uma não está diretamente ligada à atividade financeira, APC Skills que presta consultoria para as empresas em diversas áreas sendo porém uma atividade que o banco presta aos seus clientes dando maiores noções de negócios para a instituição. Quanto as demais empresas todas exercem papéis de destaque em seus ramos que nada mais são do que extensão da atividade bancária.

Verificamos também que outras três empresas tiveram ora redução de participação acionária ora transferência para a Holding Brasil Warrant por suas atividades não estarem correspondendo a área financeira. Essas empresas são: Brasilpar Comércio e Participação que até 1982 o Unibanco possuía 100% de participação trabalhando com empresas de porte médio do setor agropecuário. A partir de 1983 ela desapareceu do anuário apresentado pela Gazeta Mercantil.

O Clube Mediterraneé passa a ser administrado pela Brasil Warrant em 1983, confirmando a separação das atividades que são financeiras das de serviços e produtos marcadas pela formação das duas holdings.

Já a empresa Unibanco Sistemas passa a ser controlada por outros sócios pois o banco transfere suas ações que em 1980 representavam 100% da participação acionária caindo em 1983 para 63,934% fechando em 1986 com 40,20%. Em contrapartida a holding passa a funcionar com a empresa Tecnologia Bancária dividindo-a com outros sócios no mercado.

Nessa mesma década as demais controladas permaneceram sem alterações nas participações acionárias e as flutuações nos seus investimentos variaram muito pouco sendo insignificantes.

Quanto a sua estratégia de investimentos, nenhum momento verificou-se concentração em uma empresa em específico, somente uma parcela maior foi destinada a Sul América Unibanco S.A., porém, o volume não nos parece significativo para se concluir que seria um investimento estrategicamente importante para a sua valorização do capital.

Os quadros aqui apresentados nos permite mencionar que o Unibanco adotou uma forma mesclada de estratégia de valorização do seu capital dentre aquelas apresentadas no capítulo 1 deste trabalho, através da integração vertical, desenvolvimento interno e entrada através de aquisição.

Quando analisamos as controladas conclui-se que ora ele se utilizou do desenvolvimento interno, ou seja, proporcionou um impacto benéfico sobre os negócios já existentes através da redução de custos e utilização de uma estrutura já estabelecida como nos casos das empresas Unitrade S. A., Unibanco Planejamento e Unibanco Adm. e Corretagem de seguros.

A estratégia de valorização de capital através da integração vertical foi identificada nas empresas Unibanco Editora, Publicidade e Gráfica, Unibanco Transportes e Serviços e por fim na coligada Unibanco Sistemas S.A. de forma a combinar processos econômicos e tecnologicamente distintos dentro das fronteiras de uma mesma empresa. Essa estratégia marca a execução internamente de uma parte dos processos em vez de contratar uma série de entidades independentes.

Em um outro momento utilizou-se da entrada através da aquisição, como em relação as coligadas, onde não se criou uma nova estrutura mas sim foram buscar no mercado de companhias participações acionárias de empresas que lhes eram interessantes. No caso do Unibanco todas essas empresas estavam diretamente ligadas ao seu ramo de atividade.

Como resposta a estratégia de valorização apresentada até aqui verificamos, em pesquisa realizada pelo instituto de economia da Unicamp, que o nosso objeto de estudo é o quarto grupo em importância quanto a participação média nas variáveis patrimoniais e o quinto no referente as de resultado. Quanto aos empréstimos e aos financiamentos o avanço do grupo Unibanco em relação aos seus concorrentes levou-o ao terceiro lugar a partir de 1985.

Concluindo, todas as informações colhidas por outros estudos sobre a evolução dos grupos financeiros no Brasil constituíram um cenário na qual a análise de um grupo financeiro se insere perfeitamente. Pode-se afirmar, portanto, que o grupo objeto deste estudo de caso enquadra-se numa tendência do mercado permitindo entender, a partir de uma parte do processo, movimento do conjunto das instituições do setor.

Bibliografia

CALABI, A.S. e Reiss, G. D. e Arida, P. Grupos Econômicos na Economia Brasileira. S.P., FIPE - Relatório de Pesquisa.

ALMEIDA, J.S.G. e Ortega, J.A. Financiamento e Desempenho Financeiro das Empresas Industriais no Brasil. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro. 1988 (Discussão, 112).

ALMEIDA, J.S.G. de. Instabilidade da Economia e Estrutura Financeira das Empresas no Brasil do Ajustamento Recessivo. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro. 1988 (Discussão, 178).

Revista Exame. Pancada nos Bancos. S.P., 270. 1991.

Revista Exame. A Crise Ronda os Gigantes. S.P., 267. 1991.

PORTER, M.E. Técnicas para análise de indústrias e de Concorrência. S.P. Editora Campus. 1990.

BARROS, L.C.M. Sistema Financeiro Nacional - uma avaliação de Desempenho - Revista Conjuntura. 1980.

SPÍNDOLA, C.G. Estruturação e Desenvolvimento do Capital Financeiro no Brasil. 1980.

FLORES, R. Edigar. Os Grupos econômicos e o Capital Financeiro.
Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis. Dezembro de
1989.

KREKEL, N.R.A. e Woerd, Van der T.G. e Wourterse, J.J.
Concentracion y Fusion de empresas. 1970